

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023

TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

ENTRE AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO
E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA



Eugênio Alves Cardoso
Emanoel Rodrigues Almeida
Fabiano Geraldo Barbosa

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023

TRABALHO, ESTADO E EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

ENTRE AS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO
E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA



Eugênio Alves Cardoso
Emanoel Rodrigues Almeida
Fabiano Geraldo Barbosa

EDITORA CHEFE

Prof^o Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

ORGANIZADORES DO LIVRO

Eugênio Alves Cardoso
Emanoel Rodrigues Almeida
Fabiano Geraldo Barbosa

2023 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2023 Os Autores

Copyright da Edição © 2023 Seven Editora

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

Tábata Alves da Silva

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

ÁREA DO CONHECIMENTO

Ciências Humanas

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal. Vale do Rio Doce University

Adriana Barni Truccolo- State University of Rio Grande do Sul

Marcos Garcia Costa Morais- State University of Paraíba

Mônica Maria de Almeida Brainer - Federal Institute of Goiás Campus Ceres

Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifical Catholic University of Goiás

Egas José Armando - Eduardo Mondlane University of Mozambique.

Ariane Fernandes da Conceição- Federal University of Triângulo Mineiro

Wanderson Santos de Farias - Universidad de Desarrollo Sustentable

Maria Gorete Valus -University of Campinas

Luiz Gonzaga Lapa Junior- Universidade de Brasília

Janyel Trevisol- Universidade Federal de Santa Maria

Irlane Maia de Oliveira- Universidade Federal de Mato Grosso

Paulo Roberto Duailibe Monteiro- Universidade Federal Fluminense

Luiz Gonzaga Lapa Junior- Universidade de Brasília

Janyel Trevisol- Universidade Federal de Santa Maria

Yuni Saputri M.A- Universidade de Nalanda, Índia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trabalho, estado e educação na sociabilidade do capital [livro eletrônico] : entre as relações de subordinação e as possibilidades de resistência / organizadores Eugenio Alves Cardoso, Emanuel Rodrigues Almeida, Fabiano Geraldo Barbosa. -- São José dos Pinhais, PR : Seven Events, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-84976-91-7

1. Educação 2. Estado 3. Sociabilidades urbana
4. Trabalho - Aspectos sociais I. Cardoso, Eugenio Alves. II. Almeida, Emanuel Rodrigues. III. Barbosa, Fabiano Geraldo.

23-184005

CDD-370.113

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e trabalho 370.113

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DOI: 10.56238/trablesteducar-001

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos **CRÉDITOS** à **SEVEN PUBLICAÇÕES**, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

ORGANIZADORES DO EBOOK



Eugenio Alves Cardoso

Mestrando em ensino e formação docente pelo programa associado de pós graduação em ensino e formação docente, Unilab/IFCE, Especialista em metodologias de ensino de história e Geografia pela Universidade Cândido Mendes, licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Professor da rede pública municipal de Fortaleza-CE. Desenvolve estudos no campo da ontologia marxiana e da educação.



Emanuel Rodrigues Almeida

Pós-doutorado em Educação Profissional e Tecnológica. Doutor e mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Graduado em Pedagogia (1997), Teologia (1997), Recursos Humanos (2016) e Ciências Sociais (2018) pela Universidade Metodista de São Paulo. Pesquisador-colaborador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Atualmente desenvolve pesquisas em ontologia marxiana, especificamente no campo da crítica à Economia Política



Fabiano Geraldo Barbosa

Doutor em Educação (UFC). Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Campus Maranguape. Coordenador de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Professor do Programa Associado de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF IFCE-UNILAB). Tem experiência na área de Formação de Professores, com ênfase em estudos e pesquisas sobre o complexo educacional na perspectiva da ontologia marxiana.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é um mergulho profundo no universo do complexo social da educação, pois busca primeiramente debater sobre a sua gênese ontológica, para que assim possamos melhor compreender com clareza as disputas antagônicas que ocorrem neste complexo social. Com isso buscamos refletir sobre os limites e possibilidades da educação em contribuir com a luta da classe trabalhadora.

O texto é escrito em uma linguagem simples e didática, para facilitar a compreensão de temas tão complexos. Assim, buscamos envolver o leitor, ao abordar de forma clara as disputas econômicas, políticas e sociais que ocorrem no cenário educacional, em especial na sociedade capitalista.

Nossos leitores terão a experiência de conhecer estudos no campo do complexo educacional a partir da ontologia do ser social, no qual busca-se compreender inicialmente a gênese do homem como ser social, e por conseguinte, conhecer a origem de importantes complexos sociais, como a Educação, o Estado e o direito. Acreditamos que só é possível fazer a crítica de um determinado objeto de estudo, se conhecermos primeiramente a sua essência, para a partir daí analisar a aparência. E o método de análise que fundamenta os textos apresentados busca exatamente compreender a essência dos complexos sociais por nós abordados.

Esta obra é dedicada a todos que buscam se aproximar das teorias marxista em educação, mas a direcionamos principalmente para professores e estudantes que estão iniciando sua jornada na complexa ontologia do ser social, sendo este um livro de caráter introdutório, porém bem fundamentado em seu referencial teórico.

Desejamos que essa obra possa ser uma valiosa fonte de conhecimento para nossos leitores, e que possa inspirar novos trabalhos no campo teórico do marxismo, da educação e da ontologia do ser social.

Boa leitura!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	10
O TRABALHO COMO O FUNDADOR DA SOCIABILIDADE HUMANA	
1 O TRABALHO COMO CATEGORIA PRIMÁRIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL	10
2 A GÊNESE ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO	16
3 A SOCIEDADE DE CLASSES, O ESTADO E A EDUCAÇÃO	20
CAPÍTULO 2	26
EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL	
1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS	26
2 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL	28
3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	38
CAPÍTULO 3	46
A EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA	
1 O QUE VIRÁ DEPOIS DO CAPITALISMO?	46
2 OS LIMITES DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE	50
3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA	53
4 EDUCAÇÃO ESCOLAR E AS ATIVIDADES EDUCATIVAS EMANCIPADORAS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

O livro aqui apresentado é resultado da pesquisa de mestrado em ensino e formação docente, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, apresentado ao programa de mestrado como produto educacional. A ideia de se escrever sobre a temática partiu da necessidade de se fomentar o debate nas escolas e nos sindicatos de professores sobre os limites da educação em contribuir com a luta da classe trabalhadora. No modo de produção capitalista, a sociedade atribui à educação a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do indivíduo, entendendo-a como uma panaceia para a crise da sociedade. Portanto, a educação teria o papel colaborar com a construção de uma sociedade melhor, ao trabalhar temas como respeito à diversidade, crise ambiental, desemprego etc.

Este pensamento é assimilado por alunos e professores, que geralmente atribuem como finalidade da educação a busca pela empregabilidade e pela cidadania. Assim sendo, o sucesso ou fracasso de um indivíduo na sociabilidade do capital, que se resume no acesso à riqueza material, está associado à educação recebida, ou seja, em caso de fracasso significa que o indivíduo não foi educado adequadamente.

Porém, neste estudo acreditamos ser esta uma visão totalmente empírica e distorcida, que na verdade tem a função de ocultar os reais fatos que são os verdadeiros responsáveis pela crise da sociedade atual. É claro que na educação residem as mediações capazes de atuar na mente do indivíduo, colaborando com a formação de sua consciência, e, portanto, capaz de levar o indivíduo a assimilar conceitos que serão necessários para sua existência como ser social, entretanto, a educação, especialmente a educação básica, não é condição suficiente para transformar a sociedade, muito menos condição suficiente para garantir o acesso à riqueza material.

As desigualdades sociais são resultado do próprio sistema sociometabólico do capital, no qual o lucro é o objetivo principal a ser alcançado, independente dos meios para que se possa obtê-lo. E na sociedade capitalista, todos os complexos sociais estão subordinados às relações capitalistas de produção, inclusive a escola, portanto, atuam para perpetuar o ideal capitalista, que reside primordialmente na exploração do homem pelo homem, como forma de se obter lucro. Portanto, se a exploração do homem pelo homem, resultado da propriedade privada dos meios de produção, é a raiz dos problemas sociais, buscar uma conciliação entre capital e trabalho, entre capital e bem estar da sociedade é uma missão fadada ao fracasso. Para existir capitalismo, é essencial que exista desigualdades sociais, pois só uma pessoa no limite da necessidade material aceita vender sua força de trabalho por um salário que não é suficiente para suprir as necessidades básicas de sua família.

No atual contexto de selvageria do capital, resultado da crise estrutural de 1970, a crise na educação, tão relatada pelos partícipes deste complexo social, que se materializa na violência nas escolas, no desrespeito ao professor, nas precárias condições das escolas para o ensino e aprendizado, na perseguição a professores que contrariam a lógica do sistema etc. é na verdade o reflexo da crise

na sociedade, resultado principalmente das relações capitalistas de produção. E não será a educação, complexo fundado pelo trabalho e ontologicamente subordinado a ele, que irá resolver os problemas criados pelo capital. Isto não significa abandonar a educação como mediação na luta por melhorias imediatas para a classe trabalhadora. Entretanto, é urgente que se abandone a visão idealista de que a educação é a ponte de amor que conecta as pessoas ou a mais importante ferramenta para mudar o mundo. Ao reconhecer os limites da educação, é possibilitado aos partícipes deste complexo social compreender a melhor forma de usar a educação como mediação para a luta contra a hegemonia capitalista. E para isso, faz-se necessário compreender a origem e função ontológica da sociedade de classes, que resultou no capitalismo, e da educação.

É a partir destes pressupostos que se baseia o debate contido neste estudo, no qual usamos como fundamento metodológico a ontologia do ser social. Primeiro buscamos compreender a origem do homem como ser social, ou seja, buscamos analisar o momento em que o homem deixa de ser um simples animal, não pensante, para tornar-se um ser social, dotado de teleologia, ou seja, de pensamento direcionado para atingir uma finalidade específica. Ao compreender a origem do ser social, buscaremos compreender a gênese da sociedade de classe, para que assim possamos fazer uma análise da realidade atual. Acreditamos ser este o melhor percurso metodológico para se compreender o movimento do real para além das aparências.

TRABALHO, EDUCAÇÃO E ESTADO: ORIGEM ONTOLÓGICA E RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO

1 O TRABALHO COMO CATEGORIA PRIMÁRIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Esta seção tem o objetivo de entender a origem do homem como ser social, ou seja, compreender o fato ontológico que permite ao homem deixar de ser um simples animal e tornar-se um ser social, capaz de romper com as determinações naturais, ou seja, capaz de transformar a natureza e produzir a sua própria existência. Isto significa que, até atingir o estágio atual, a humanidade passou por determinados processos, tanto de adaptações biológicas como sociais. A provável origem do nosso planeta está associada ao big bang, uma grande explosão de energia e matéria, que deu origem ao universo, e conseqüentemente, ao planeta terra. A terra primitiva era formada por rocha superaquecida, em estado pastoso, e foi somente através da chuva que formou-se a crosta terrestre, a aproximadamente 3,5 bilhões de anos. As rochas, seus minerais, o solo, a água, o ar etc. dão origem ao que Lukács (2013) chama de esfera inorgânica, ou seja, a parte material do planeta que não tem vida. “O ser inorgânico, acima de tudo, não possui vida. Seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma num outro algo distinto. A pedra se converte em terra, a montanha em vale, a força mecânica em calor, etc.” (LESSA, 2015, p.14).

A partir da esfera inorgânica reúne-se as condições para a existência da vida no planeta. Assim, a existência de água e ar permite surgir a vida, que teve seu provável início no oceano, a partir de seres unicelulares, que ao passar de milhares de anos, evoluíram para outras formas de vida, permitindo a ocupação do planeta. A partir da esfera inorgânica que se originam as plantas, e posteriormente os animais, que formam a esfera orgânica, isto é, a porção do planeta que possui vida. Assim, a esfera orgânica é composta pelos elementos da natureza, e está a ela totalmente subordinada. Um pé de cajueiro, típico das zonas tropicais, jamais será encontrado em uma área de clima subtropical, pois ele depende das condições naturais, ou seja, do clima quente para existir. Uma abelha produz uma colmeia perfeitamente sincronizada, onde o interior dos favos é formado de uma estrutura hexagonal, todas do mesmo tamanho, altura e profundidade. Entretanto, a abelha não consegue superar essa determinação natural, em outras palavras, ela jamais irá produzir algo além do que lhe é determinado por instintos biológicos.

Portanto, a esfera orgânica está fadada a reproduzir sempre o mesmo. Não se espera que uma abelha construa algo além de sua colmeia. As abelhas têm uma vida curta, nascem e morrem, mas não superam a determinação de produzir sempre o mesmo. Isto significa que na esfera orgânica não existe consciência, ou seja, os animais são guiados unicamente por instinto. Embora alguns animais

consigam se adaptar a outros ambientes, essa adaptação se dá a partir de anos de evolução biológica, portanto, a própria natureza se responsabiliza por essa evolução. Os animais não conseguem transformar a natureza, para criar a sua existência, e no decorrer de sua existência estarão sempre ligados a ela. Qualquer alteração brusca na natureza pode resultar na extinção de determinadas espécies ou na proliferação de outras.

Entretanto, uma espécie biológica conseguiu se sobrepor às determinações naturais, conseguindo transformar a natureza e reproduzir sua existência, dando origem à esfera ontológica social. Este ser biológico é o homem, que se diferencia das demais espécies de animais por conseguir, através do trabalho, reproduzir sua própria existência. Enquanto os demais animais agem por instinto biológico, o homem é capaz de, através do trabalho teleologicamente orientado, criar sempre o novo, possibilitando as condições essenciais para reproduzir sua própria existência. Diferente dos animais, o ser social consegue direcionar o trabalho para atender a suas necessidades de reprodução, fazendo surgir novos complexos sociais, que são direcionados a atender as necessidades de reprodução que não são atendidas pelo trabalho.

Para Lessa (2012, p. 25) “o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social”. Em outras palavras, o trabalho é a relação, direta ou indireta, entre o homem e a natureza, que resulta em objetivações, ou seja, na criação de algo palpável, concreto, observável, construído materialmente. Neste contexto, o “homem que trabalha usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas ao seu poder, atuando sobre elas de acordo com o seu propósito” (LUKÁCS, 2012, p.286). Assim, a existência da esfera social só é possível a partir da esfera inorgânica e da esfera orgânica, em outras palavras, o ser social mantém uma relação indissociável com a natureza, e mesmo não sendo determinado por ela, só pode existir a partir dos elementos naturais.

Ou seja, a produção da riqueza material, essencial para a existência humana, só é possível a partir da apropriação dos elementos da natureza pelo homem, que os transforma em objetos, de acordo com suas necessidades de reprodução. É a partir do trabalho consciente, (teleológico), orientado para a produção de riqueza material, que o homem se torna social. Se o tecelão executasse sua função ao mesmo modo da aranha, somente por determinação instintiva, ambos estariam em um mesmo patamar de evolução: seriam animais irracionais, agindo apenas por determinação biológica. O que diferencia a atividade humana é o agir teleológico a partir do trabalho.

O trabalho remete sempre à criação do novo, algo que é exclusivo do ser social, somente o ser social tem a característica da reprodução de sua existência. A aranha jamais irá produzir algo diferente de sua teia, pois esta atua apenas pelo instinto biológico. Diferente do ser meramente biológico, o

trabalho realizado pelo ser social é orientado para um fim, ou seja, nele há teleologia. Ao mesmo tempo em que transforma o meio natural, o ser social transforma a si mesmo, deixa de ser um ser-em-si tornando-se um ser-para-si. Com o pôr teleológico no trabalho o homem se afasta do ser natural, tornando-se cada vez mais social, permitindo “a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios” (LUKÁCS, 2012, p. 287).

Ao transformar a natureza para atender suas necessidades imediatas, o homem que participa desta ação não é mais o mesmo homem. A criação do novo, através do trabalho, permite salto ontológico em direção às sociabilidades cada vez mais complexas e ricas, afastando o homem da esfera orgânica, tornando-o cada vez mais social. Enquanto o ser biológico age por determinação natural, ou seja, reproduz sempre o mesmo, o ser social age com uma finalidade específica, isto é, sua ação é previamente idealizada e orientada para atingir um objetivo específico, que só é possível através do pôr teleológico.

O pôr teleológico é uma ação abstrata, previamente idealizada e orientada para um fim, ou seja, a teleologia está diretamente relacionada com a capacidade do ser humano de pensar e produzir o novo. “Por sua natureza [é] uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que põe um fim” (LESSA, 2012, p. 61). Neste sentido, trata-se de uma categoria exclusiva do gênero humano, uma vez que é somente no gênero humano que se nota a capacidade de produzir o novo, através do trabalho. Isto significa que é o pôr teleológico que diferencia o trabalho humano do trabalho das demais espécies biológicas. É a partir da teleologia, ou seja, do ato de direcionar a ação para atingir uma finalidade específica, que o ser social consegue se apropriar dos elementos da natureza a fim de construir objetivações que permitirão sua reprodução. O machado, a faca, a lança etc. foram previamente idealizadas para atender uma necessidade específica do ser humano, ou seja, não foram feitos por instinto natural, mas sim por necessidade social.

Com o objetivo de facilitar a compreensão do trabalho como ato fundante do mundo dos homens, vamos propor, para fins didáticos, o seguinte exemplo: imagine um pescador em um rio qualquer. Esse pescador, tem sua tática de pesca similar a um urso, esperando o peixe passar na correnteza para se lançar sobre ele. Porém, diferente do urso, esse pescador consegue idealizar em sua mente, e posteriormente, construir alguma armadilha que o permita pescar além da correnteza. Para isso, escolhe um tipo de madeira específica, que flutue com facilidade, ou seja, não pode ser qualquer tronco, é necessário um tronco específico. Após construir a armadilha que, após objetivada, ou seja, quando deixa de ser ideia e se torna algo material, palpável, será dado o nome de canoa, o pescador pode agora pensar em construir ferramentas até então inimagináveis, como uma rede para

pescar em profundidade. A partir da canoa é possibilitado ao pescador construir canoas cada vez mais aprimoradas, ao mesmo tempo em que ele precisa ensinar outras pessoas a construir canoas, em uma atividade educativa.

Neste exemplo, destacamos o trabalho como valor de uso, essencial para o desenvolvimento da humanidade. O pescador, ao pensar e construir a canoa passa a diferenciar-se do urso, deixando sua forma instintiva (esfera biológica) e passando a produzir sua própria existência, tornando-se ser social. Com a canoa, ele não mais precisa esperar o peixe passar pela correnteza, pode ir pescar em lugares até então inacessíveis. o momento em que o pescador entende ser necessário pescar além da correnteza, e para isso precisa construir algo que o ajude a executar essa tarefa, ou seja, o momento de planejamento que antecede a ação é onde ocorre o pôr teleológico. A canoa não é somente um tronco de árvore, ela é pensada, tem proa, popa, bordas, etc. Assim, antes de construir a canoa, o pescador o desenhou primeiro em sua mente (previamente idealizado), com especificidades que o permitisse pescar em outros lugares, que antes de sua construção era impossível (orientada para um fim).

Um urso, ou qualquer outro animal, não tem capacidade de construir algo que o ajude a pescar, não tem consciência que precisa evoluir para pescar com maior eficiência. Isto significa que no agir do urso predomina apenas o instinto biológico, em sua atividade cotidiana não há teleologia. A ontologia do ser social rejeita “toda forma generalizada de teleologia, não apenas na natureza inorgânica e orgânica, mas também na sociedade, restringindo sua validade aos atos singulares do agir humano-social, cuja forma mais explícita e cujo modelo é o trabalho” (LUKÁCS, 2012, p.343) Portanto, é inequívoco afirmar que a teleologia, na visão lukacsiana, é exclusiva do gênero humano e se manifesta a partir do trabalho.

Ao mesmo tempo em que transforma o meio natural, o ser social transforma a si mesmo, deixa de ser um ser-em-si tornando-se um ser-para-si. Com o pôr teleológico no trabalho o homem se afasta do ser natural, tornando-se cada vez mais social, permitindo “a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios” (LUKÁCS, 2012, p. 287). Ao transformar a natureza para atender suas necessidades imediatas, o homem que participa desta ação não é mais o mesmo homem. A partir do trabalho o homem incorpora novos saberes à sua consciência, que permitirá sempre a sua evolução como ser social.

Entretanto, é necessário afirmar que o trabalho, ao afastar o gênero humano das barreiras naturais, tornando-o ser social, não supera totalmente a dependência das esferas orgânicas e inorgânicas, uma vez que a determinação entre homem e natureza é recíproca. Ao mesmo tempo que, a partir do trabalho, o homem supera sua determinação natural, isto é, passa a produzir sua própria

existência, ele necessita da natureza para garantir a sua sobrevivência. Para construir a canoa o homem precisou de matéria prima da natureza, no caso a madeira. Entretanto, não pode ser qualquer madeira. Se a canoa for construída com troncos de alguma madeira pesada, com certeza não terá boa fluabilidade. Para realizar a tarefa, o tronco precisa ser leve, e de preferência não muito duro, para facilitar o processo de esculpir. Portanto, para construir sua embarcação, o pescador precisa que no meio natural se encontre a madeira específica, caso contrário, não conseguirá construir a armadilha. A escolha do tronco não se dá por acaso, mas sim porque a madeira específica atende a uma necessidade específica. Este ato em que o homem necessita da natureza para produzir suas objetivações é denominado causalidade, isto é, o princípio de automovimento que repousa em si mesmo (LESSA, 2012).

Neste sentido, é inequívoco afirmar que o conceito de causalidade dada se refere a matéria ou a condição ofertada pela natureza em um determinado momento ou ambiente, que permite ao ser social materializar sua subjetividade. Isto significa que “Independentemente de ser posta ou não, a essência da causalidade [...] permanece inalterada” (LESSA, 2012, p. 63). “Os objetos naturais continuam sendo objetos naturais e, “somente através do trabalho é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis”. (LUKÁCS, 2012 p. 286) A madeira, ao ser transformada em barco ou em qualquer outro objeto, (princípio de automovimento) não deixa de ser madeira, ou seja, mantém sua essência (repousa em si mesmo). Também merece destaque o fato de que a causalidade antecede a teleologia. A madeira está na natureza, quer o ser tenha consciência ou não. Portanto, é no ser social, a partir do trabalho, que causalidade e teleologia tem uma coexistência concreta.

Assim, da articulação entre causalidade e teleologia surge a prévia ideação. O pescador já tem desenhada a canoa em sua mente (teleologia) e sabe já qual material usar para construí-la (causalidade). Agora, “Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática” (LESSA, 2015, p. 22) É a partir da causalidade dada, articulada com o pôr teleológico, que o homem irá colocar sua prévia ideação em prática, sair do mundo das ideias e adentrar no mundo material, ou seja, transformar a subjetividade em objetividade. Quando a madeira é transformada em canoa ocorre a causalidade posta. No meio natural não é possível encontrar a canoa em sua forma concreta, porém, através do trabalho teleologicamente orientado, o homem transformou a madeira em canoa, enfim, transformou a causalidade dada em causalidade posta.

É neste momento que ocorre o processo de objetivação e exteriorização. A objetivação é o momento em que a prévia ideação se transforma em prática, é onde o ser social materializa sua subjetividade, ou seja, é o momento de transformação do real com base em uma ideação, em si

singular e abstrata. Neste sentido, a objetivação pode ser entendida como o “processo que articula a conversão do idealizado em objeto – sempre com a transformação de um setor da realidade” (LESSA, 2015, p.23) Nosso pescador, depois de pensar na forma da sua canoa (teleologia), encontrar o material necessário para construí-la (causalidade), articular como irá esculpi-la na madeira específica (prévia ideação), finalmente materializa, ou seja, objetiva seu objeto. Neste processo, o pescador talvez se depare com imprevistos que não estavam em seu ideal, assim precisará adquirir novos conhecimentos e habilidades, ou seja, não será mais o mesmo, terá sua consciência transformada. A armadilha, que após objetivada foi denominada canoa, depois de construída, não é mais uma ideia, é uma realidade, um objeto concreto. Ela é palpável, visível, útil para a reprodução do ser social. Portanto, neste momento, a objetivação se converte na exteriorização.

Desta maneira, a exteriorização do objeto, ou seja, a materialização do real, o resultado final do trabalho, é momento em que ocorre a distinção ontológica entre sujeito e objeto. Enquanto estava na prévia ideação, ou seja, na mente do seu criador, era impossível distinguir homem e canoa. Após a materialização, homem e canoa já não são mais os mesmos, são ontologicamente distintos. Neste sentido, a exteriorização é resultado da articulação entre teleologia, causalidade e prévia ideação, que se encontram somente no gênero humano e se articulam somente a partir do trabalho. É somente no gênero humano que existe a consciência da necessidade de se produzir o novo, que resulta na reprodução de sua existência. A partir do trabalho se desenvolvem novas necessidades, que resultam na criação de novos complexos sociais, porém, essa complexidade de complexos tem sua gênese no trabalho.

A partir da canoa, o homem pode pensar em um mundo para além da correnteza, pode desenvolver apetrechos de pesca até então inimagináveis. A construção da canoa também permitiu que outros complexos sociais surgissem, como a educação (ensinar a construir canoas), a arte (cantar sobre pesca em canoa) etc. Neste exemplo, a grossíssimo modo, mostramos como a partir do trabalho se desenvolvem novos complexos sociais, como a educação e a arte, tornando o homem um ser cada vez mais social.

Portanto, ao analisar a estrutura interna do trabalho do homem, é possível afirmar que o salto ontológico da espécie humana, da esfera biológica para a esfera social ocorre através do trabalho. Ou seja, é o trabalho teleologicamente orientado que permite a existência do gênero humano, não mais como ser biológico, mas como ser social. “É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho” (LESSA, 2012, p. 25). O trabalho teleologicamente orientado é único e exclusivo do gênero humano, é somente no gênero humano que se encontra a possibilidade de transformar a natureza para suprir as suas necessidades de reprodução.

Portanto, o trabalho permite a produção social de bens materiais e ocupa um lugar central “na gênese e no desenvolvimento do ser social. Pelo seu caráter de transição, ela permite a passagem da forma do ser orgânico à forma do ser social” (ALMEIDA, 2017, p.41). Em qualquer forma de sociabilidade o trabalho terá primazia sobre as relações sociais, portanto, a alteração na forma da sociabilidade humana está diretamente atrelada a transformações no mundo do trabalho. Destaque-se que não se trata de um determinismo, uma vez que o trabalho é constituído por relações sociais, isto é, pela ação do próprio homem, e não por forças e fenômenos naturais ou divinos. No máximo, trataria-se de uma autodeterminação.

A partir do trabalho se desenvolvem outras categorias da sociabilidade humana. Não necessariamente se trata de quem vem primeiro, em um sentido cronológico, mas do fato de que o trabalho origina uma complexificação do ser social, e a partir desta complexificação surgem necessidades e problemas que não podem ser resolvidos pelo trabalho, mas sua origem está no trabalho. Portanto, é a partir da evolução do trabalho que surgem outros complexos sociais, como a linguagem, a educação, a arte, o Estado, etc. Esses complexos sociais têm origem no trabalho, portanto, embora possuam relação de autonomia, estão subordinados ao trabalho.

2 A GÊNESE ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO

A educação, assim como a linguagem, é, sem dúvida, uma das primeiras categorias de reprodução social que surgem juntamente com o trabalho, uma vez que o homem não se constitui como ser social meramente por instinto. Ao contrário da reprodução dos seres biológicos, para se constituir pertencente ao gênero humano, o homem precisa adquirir conhecimentos e habilidades que transcendem a esfera instintiva, sendo necessário o processo educativo teleologicamente orientado. Neste sentido, o complexo da educação é chamado a atender uma demanda, no cerne do ser social, que não pode ser atendida pelo trabalho, ou seja, a educação tem a função de transmitir os conhecimentos acumulados e decantados pela sociedade para as gerações futuras, estando associada a reprodução do homem como ser social.

Os seres biológicos têm sua existência determinada pelo meio natural, ou seja, só podem existir se as condições naturais assim o permitirem. Portanto, já nascem dotados de instintos naturais que, dadas as condições necessárias, permitem a perpetuação da espécie. Sua educação se reduz ao auxílio que os animais adultos dão aos seus filhotes, a modo de “garantir a apropriação, de uma vez por todas, com a destreza correspondente à espécie, de certos comportamentos que permanecem indispensáveis por toda a sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 130).

O ser humano, ao contrário dos animais, não nasce com aquisições biológicas suficientes para garantir a sua reprodução como ser social, portanto, precisa abstrair conhecimentos, costumes etc,

que o tornam efetivamente um membro constituinte do gênero humano. Isto significa que, “o essencial da educação dos homens, pelo contrário [da educação dos animais], consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 130).

Consequentemente, a importância da educação para o ser social ocorre “exatamente porque os homens precisam adquirir, para a sua reprodução social, comportamentos e habilidades que não são biologicamente herdados” (MACENO, 2017, p. 92/93). Ou seja, as aquisições herdadas biologicamente pelo homem não são suficientes para garantir seu status de ser social. Portanto, essas aquisições precisam ser ensinadas, em um processo educativo.

O complexo da educação, fundado pelo trabalho, mantém com ele uma relação de dependência e autonomia, ou seja, no devir do ser social, a educação mantém uma prioridade secundária em relação ao trabalho. Isto significa que a educação, como complexo social fundado pelo trabalho, mantém com ele uma determinação ontológica em qualquer forma de sociabilidade. Consequentemente, uma modificação substancial na educação só é possível a partir das modificações nas relações de trabalho. Diferente do senso comum de que a educação é a arma mais poderosa para transformar a sociedade, este complexo social é determinado pelo trabalho, e não um complexo social paralelo ao trabalho. Portanto, as mediações existentes na educação têm a finalidade ontológica de reproduzir a sociabilidade humana.

Claro que ao se apropriar dos conhecimentos existentes, que permite criar novos conhecimentos, é possibilitado ao ser social caminhar para sociabilidades cada vez mais complexas, entretanto, na sociabilidade atual, a educação encontra-se limitada pela atuação do Estado, o que impõe sérias barreiras à superação da forma de sociabilidade predominante, como veremos adiante. Sem descartar suas contribuições, é necessário ter em mente que a educação tem a função ontológica de reproduzir a sociabilidade no qual está inserida, e o papel de superação de um estágio de sociabilidade pertence ao trabalho. É no trabalho que residem as mediações que foram capazes de transcender a esfera biológica para a esfera social, bem como são capazes de elevar a humanidade a novos patamares de sociabilidade.

Portanto, a natureza específica da educação reside no fato de que ela atende a necessidade de reprodução do ser social. Compete ao complexo da educação repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade para as futuras gerações, permitindo que a cada nova geração, a humanidade consiga reproduzir sempre o novo. Devido a sua especificidade, atua no mundo das ideias, sendo uma relação entre sujeito e objeto, no qual o objeto também é sujeito, ou seja, a educação é a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Para Maceno (2017, p. 89)

O complexo social da educação se enquadra, do ponto de vista ontológico, naquele conjunto de complexos que diferentemente do trabalho não realiza a troca orgânica sociedade/natureza. Embora se distingam do trabalho por sua função social, que no caso desses complexos se dirigem para a consciência de outros homens com o objetivo de ensiná-los determinadas posições teleológicas, eles têm nele sua origem ontológica e atuam no sentido de mediar, em última instância, a troca orgânica sociedade/natureza. Quanto mais desenvolvido é o ser social, mais os complexos sociais desse tipo ganham expressão e importância para a reprodução social.

Sem a transmissão dos resultados do desenvolvimento social para as gerações futuras, seria impossível a continuação do processo histórico. Ora, se quem inventou a canoa não passasse este conhecimento, as novas gerações teriam que partir do zero, ou seja, inventar novamente a canoa. E a cada nova geração a canoa seria reinventada, impossibilitando o avanço para um novo patamar. Assim sendo, em vez de criar algo radicalmente novo, as futuras gerações continuariam sempre a criar o mesmo, não muito diferente dos outros animais. A este respeito, Tonet (2016, p. 144) afirma que:

A educação é, certamente, uma das dimensões de grande importância para a reprodução social. Ela existe desde os primeiros momentos da vida social, pois, ao contrário dos animais, os homens não nascem sabendo o que devem fazer para se reproduzir socialmente. A educação é condição imprescindível para que os seres humanos singulares se tornem, de fato, membros do gênero humano (TONET, 2016, p. 144)

Portanto, é correto afirmar que a educação está intrinsecamente atrelada à reprodução do ser social, principalmente porque mantém uma relação ontológica com o trabalho, ou seja, surge a partir do trabalho, entretanto, é chamada a atender uma função, no processo de reprodução social, que não pode ser atendida diretamente por ele. Assim sendo, cabe à educação garantir a apropriação dos conhecimentos adquiridos pelo ser social para as novas gerações, portanto, pauta-se em uma relação entre homem e homem, e não na relação homem e natureza. Daí a especificidade da educação em relação ao trabalho.

Em sua forma inicial a educação possuía somente um sentido lato, isto é universal, cuja finalidade consiste em capacitar o homem para reagir adequadamente a situações novas e imprevisíveis que podem ocorrer no futuro, nunca estará completa. O devir do ser social, “dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou” (LUKÁCS, 2013, p. 130). A educação do homem, em sentido lato, nunca terá fim e ocorrerá em todas as fases de sua vida. Embora a educação não se restrinja somente a transmissão de conhecimento, onde há transmissão de conhecimento há educação. Isto significa que a educação, mesmo em sentido estrito, ocorre em todas as instâncias sociais, não ficando restrita a ambientes formais.

A educação em sentido lato se refere à transmissão de conhecimentos e valores, necessários à reprodução social, e ocorre com um baixíssimo nível de sistematicidade. Nesse sentido, diz respeito a todo o processo de socialização do saber produzido que ocorre independente de uma ação sistematizada e plenamente consciente. Este tipo de educação é predominante nas comunidades primitivas (apesar de permear todos os modos de produção e, portanto, ser uma condição ineliminável da reprodução do ser social) (MACENO, 2019, p. 44)

Nas sociedades primitivas, a educação estava sob o controle de toda a comunidade, em outras palavras, era organizada e controlada, conscientemente, pelo conjunto de seres sociais pertencentes a comunidade. Assim, não havia um grupo separado cuja função fosse a educação. (TONET, 2016). Isso porque a apropriação da riqueza material, fruto do trabalho, se dava de maneira coletiva, portanto, a educação também se dava de maneira coletiva. Ao mesmo tempo em que se educavam, os homens também educavam as novas gerações. “Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão “educação é vida”, e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática” (SAVIANI, 2007, p. 155). Portanto, nas sociedades organizadas em torno do coletivo, a educação tinha o sentido lato, ou seja, a educação tinha a função de atender a necessidade universal de continuidade da existência do homem no processo de reprodução social.

Porém, a partir da divisão social, social do trabalho, resultado das complexificações da sociabilidade humana, a educação passa a ser organizada em sentido restrito, visando a atender interesses de grupos particulares em si, que necessitavam de um conhecimento mais direcionado para suas atividades. Ora, o artesão necessita adquirir conhecimentos específicos para a sua função, que são diferentes das necessidades de educação do agricultor. Isto significa que a educação em sentido restrito é uma necessidade imperiosa da sociedade, e contribui efetivamente para o desenvolvimento de sociabilidades cada vez mais avançadas. Portanto, na educação em seu sentido estrito, a transmissão de conhecimento ocorre de modo conscientemente elaborado, mesmo quando o nível de elaboração é elementar. Já a educação em sentido amplo, se caracteriza pela transmissão de conhecimentos quase sempre de maneira espontânea (MACENO, 2017).

Lukács (2013 p. 131) afirma que “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas”. Assim sendo, a educação em sentido estrito tem sua gênese associada à complexificação das relações de trabalho, que culminaram na divisão das tarefas entre os membros integrantes das comunidades. No momento em que a complexificação do trabalho deu origem às profissões, a educação passou a se organizar não mais de forma espontânea, mas sim direcionada a atender necessidades de grupos sociais específicos. Segundo Lukács (2013) não existe uma fronteira, em termos ideais, que possa ser

claramente traçada entre a educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo, pois ambas são representações de um mesmo complexo social. Portanto, embora seja difícil delimitar precisamente o momento histórico em que a educação ganha essa dualidade, é possível afirmar que a educação em sentido estrito, tem sua gênese ontológica associada a complexificação do trabalho, que deu origem às profissões por volta do período neolítico.

Entretanto, quando entra em cena a propriedade privada, a educação em sentido estrito deixa de ser necessariamente uma necessidade para o avanço da sociabilidade e passa a ser direcionada para atender as necessidades de um grupo social específico. Ou seja, a partir do surgimento da propriedade privada, e conseqüentemente do Estado, educação passou a ser “organizada, em seu acesso, em seus conteúdos e em suas formas, de modo a estar subsumida aos interesses das classes dominantes” (TONET, 2016, p. 144).

3 A SOCIEDADE DE CLASSES, O ESTADO E A EDUCAÇÃO

O complexo da educação é resultado da necessidade de reprodução do social, assim sendo, surge concomitantemente ao trabalho, uma vez que é condição essencial para a reprodução da sociabilidade humana. Portanto, ontologicamente, a educação precede a categoria Estado, sendo uma necessidade imperiosa para a reprodução do homem como ser social, enquanto o Estado é uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento da sociedade de classes. Conseqüentemente, em qualquer forma de sociabilidade existirá a educação, já a mesma afirmação não se aplica sobre o Estado. Portanto, para se compreender a relação de subordinação da educação ao Estado, é necessário, primeiramente, analisar o Estado em sua gênese e função ontológica. Compreender a essência do Estado é necessária para afastar o idealismo empirista que perpassa esta categoria, principalmente no contexto atual.

Em determinados momentos da reprodução social, as relações de produção foram se tornando cada vez mais complexas, o que resultou na criação de novos complexos sociais. A partir da complexificação do trabalho, a produção material, que era coletiva, passou a se dar de maneira individualizada, dando origem à divisão social do trabalho. Ora, é neste momento que a educação nas sociedades primitivas ganha um caráter estrito, ou seja, visa a atender as necessidades específicas de um determinado grupo social. Portanto, a educação passa ser organizada em conteúdos, métodos e duração, de acordo com a finalidade a ser alcançada. Assim sendo a educação em sentido restrito, nas sociedades mais primitivas, ocorriam de maneira “não formalizada, ou seja, quando ela acontece em espaços não escolares e não controlados pelo Estado. Era de modo não formal e sem o controle do Estado que a educação em sentido estrito ocorria nas comunidades primitivas” (MACENO, 2017, p.97) Segundo Engels (2019) a divisão do trabalho se dá inicialmente pela distinção sexual:

A divisão do trabalho é puramente natural; ela existe somente entre os dois sexos. O homem trava a guerra, sai para caçar e pescar, arranja a matéria-prima para a alimentação e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa, prepara a alimentação e o vestuário, cozinha, tece e costura. Cada qual comanda sua área: o homem no mato, a mulher na casa. (ENGELS, 2019 p. 198).

Posterior a divisão do trabalho através do critério sexual, surge a divisão do trabalho por razões sociais. Engels (2019) afirma que a primeira grande divisão do trabalho se deu na Ásia, a partir da domesticação de animais. A partir da divisão do trabalho, a sociedade avança para um novo estágio, desenvolvendo as condições necessárias para o surgimento da propriedade privada. Neste contexto histórico, a apropriação das objetivações resultantes do trabalho não se dá mais de maneira coletiva, e sim individualizada. As tribos que foram pioneiras na pecuária se destacavam das demais, pois possuíam carne e leite com maior facilidade, o que favorecia a troca por objetos produzidos por outras tribos. Surgia assim as relações de comércio, tendo o gado como principal moeda de troca (ENGELS, 2019). A invenção de ferramentas cada vez mais precisas possibilitou a produção, cada vez em maior escala, de riqueza material. Tal complexificação permitiu uma divisão ainda maior do trabalho: a agricultura separava-se da pecuária, que se separava do artesanato etc. Este momento histórico no desenvolvimento do ser social dá início às profissões, tornando as relações de trabalho cada vez mais complexas.

Foi no contexto do intercâmbio material intertribal que, provavelmente, se originou a propriedade privada, no qual o intercâmbio individual substituiu as trocas entre chefes tribais. Ou seja, o acúmulo de excedentes deu origem a propriedade privada, que viria a substituir o modo de produção coletiva, representando uma ruptura com a produção comunal primitiva. Lessa (2016, p.34) afirma que a origem da propriedade privada remonta a revolução neolítica, onde a divisão social do trabalho permitiu a acumulação de excedentes por um determinado grupo social. “Ela é uma relação social cuja essência está na transformação da riqueza produzida por um indivíduo em posse de outro indivíduo o qual, em virtude desta riqueza, é capaz de obrigar outros indivíduos a produzirem novas riquezas que serão por ele apropriadas”.

O surgimento da propriedade privada é um marco radical na história da sociedade humana. Primeiramente porque, o trabalho, ato fundante da sociabilidade humana, é organizado de forma a atender não mais somente a reprodução da sociedade, mas também a reprodução de um grupo social específico. Portanto, é a partir do seu surgimento que a sociedade se divide em classes com interesses antagônicos, onde as relações de poder se elevam a um novo patamar, uma vez que o poder econômico passa a ser predominante, fato desconhecido nas sociedades primitivas. Ou seja, o ter (possuir riqueza material) se sobrepõe ao ser (ser habilidoso em uma determinada função, ser ancião etc).

Essa configuração social permite o surgimento da categoria da política, cuja gênese está atrelada à sociedade de classes. No momento em que o acesso às objetivações passa a ser restrito, faz-se necessário o uso da força para mediar os conflitos sociais decorrentes desta forma de sociabilidade, pautada na exploração do homem pelo homem. Segundo Lessa, (2005 p. 262) a política justamente “é um complexo que surge em um determinado momento histórico e que tem uma função social muito precisa: a dominação de classe, necessariamente fundada na violência, portanto necessariamente uma relação de poder do ter sobre o ser, do homem sobre o homem”. Nas sociedades primitivas, baseadas no trabalho comunal, as relações de poder se davam de acordo com as habilidades dos indivíduos. Ou seja, o poder político era desconhecido, pois a autoridade era mantida geralmente por pessoas mais velhas, que repassaram as tradições e costumes para os mais jovens, tarefa realizada sem o uso de instrumentos sistematizados de coerção.

Com a propriedade privada, as relações de poder não mais são exercidas somente com base em habilidades pessoais, mas sim com base no poder material acumulado por determinados grupos sociais. “Nesta nova situação, o que os indivíduos são não tem quase nenhuma importância e, nos raros casos em que estas qualidades pessoais entram em questão, o fazem de forma muito secundária” (LESSA, 2016 p. 33). Esta situação, radicalmente nova, faz também emergir novos antagonismos, uma vez que surgem conflitos de interesses que são irreconciliáveis: de um lado a classe trabalhadora, que produz a riqueza material a partir de suas habilidades pessoais, do outro lado a classe dominante, que graças ao poder material se apropria das riquezas produzidas pela classe trabalhadora. “Esta é uma forma de relação social ontologicamente distinta de todas as outras anteriores: trata-se não mais da reprodução da vida coletiva, mas da reprodução da propriedade privada dos indivíduos da classe dominante” (LESSA, 2016, p.33).

Essa nova forma de organização social demandou a criação de novos complexos sociais, visto que os conflitos de interesses, se não resolvidos, poderiam mergulhar a sociedade em uma batalha sem fim, a ponto de culminar com a extinção de determinados grupos sociais. É neste contexto que o poder político sistematizado dá origem ao Estado e ao direito, ambos são uma necessidade da classe dominante de se proteger contra a fúria da classe dominada. O Estado, entendido como “o conjunto dos funcionários públicos, somado aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia, prisões, etc.) e ao direito” (LESSA; TONET, 2004, p.34), é resultado da organização do poder político da classe dominante, no qual o seu poder e influência se dá através de organismos de coerção, organizados em conjuntos de instrumentos repressivos, como polícia, exército, funcionalismo público etc. Neste contexto, faz-se necessário esclarecer que o Estado está subordinado à política, e não o contrário, embora ambos estejam entrelaçados. O Estado não é algo que possa ser apropriado e colocado a serviço de uma classe social qualquer. Somente a partir do poder político é que o Estado

passa a ser organizado a fim de atender os interesses de uma classe social específica, portanto, é somente por ser materialmente e politicamente dominante, que a classe expropriadora mantém a primazia sobre a atuação do Estado.

Portanto, a partir da divisão da sociedade em classes, da acumulação de riquezas por uma parcela da sociedade, da propriedade privada dos meios de produção e da expropriação da riqueza material de uma classe social sobre a outra, é que repousa a gênese do Estado. Para Engels (2019), o Estado é um produto da sociedade em um determinado grau de desenvolvimento. É a prova irrefutável de que a sociedade enveredou por um caminho onde não é possível a conciliação entre as classes sociais, e só uma força maior seria capaz de conter os conflitos inerentes a esta conjuntura. Portanto, o Estado mantém uma relação ontológica com o trabalho, pois sua gênese remete a complexificação do trabalho, que permitiu as relações sociais enveredar por caminhos antagônicos, resumido em conflitos de interesses entre classes sociais distintas. Assim sendo, o Estado é fundado a partir da necessidade da classe dominante de justificar seu poder político não mais só através da força, mas sim de estruturas burocráticas que garantam uma legalidade sobre a dominação.

Sabe-se que, de acordo com a teoria marxiana, o “Estado tem sua origem na existência da propriedade privada e das classes sociais. É do antagonismo existente entre as classes que brota a necessidade do Estado, porém com a clara finalidade de defender os interesses das classes dominantes” (TONET, 2009 p. 14). Portanto, tem a finalidade de atender a necessidade de reprodução de uma classe social específica, cujo poder político se sobrepõe às demais classes sociais. Assim como o Estado, o complexo do direito também é chamado a atender a necessidade de reprodução da classe dominante, se colocando como o mediador entre os interesses convergentes. Nas sociedades primitivas, cuja autoridade era baseada em habilidades pessoais, os conflitos eram resolvidos a partir dos costumes e tradições, uma vez que buscava-se o bem comum de toda a comunidade. Portanto, os conflitos que ocorriam no interior da comunidade eram individuais, e não entre grupos distintos, o que não representava uma ameaça para essa sociabilidade. Com o surgimento da propriedade privada, que resulta na divisão da sociedade em classes sociais, “os conflitos se tornaram antagônicos. Por isso, diferentemente das sociedades sem classe, as sociedades mais evoluídas necessitam de uma regulamentação especificamente jurídica dos conflitos sociais para que estes não terminem por implodi-las” (LESSA, 2015, p. 64). Daí a necessidade do direito de atuar como poder mediador, evitando que os conflitos sociais ultrapassem os limites aceitáveis pela sociedade de classes.

Desse modo, a partir do momento em que a classe dominante organiza seu poder político através do Estado, e conseqüentemente do direito, os complexos sociais passam a ser subordinados aos desígnios desses grupos sociais. O trabalho, fundamento ontológico da sociabilidade humana, passa a ser organizado de forma a atender as necessidades de reprodução da classe dominante.

Consequentemente, os complexos sociais fundados pelo trabalho, embora possuam autonomia relativa em relação a ele, passam também a atender as necessidades de reprodução da sociedade de classes. A partir do momento em que um determinado grupo social adquire hegemonia sobre as relações de trabalho, adquire também hegemonia sobre o processo educacional em sentido estrito. Ora, se a educação é um complexo social criado a partir do trabalho, e está ontologicamente associado a reprodução da sociabilidade através da transmissão dos conhecimentos, a partir do momento em que a sociabilidade se organiza no antagonismo de classes, onde a classe detentora do poder material exerce influência sobre os complexos sociais, a educação é chamada também a atender a necessidade de reprodução da classe dominante.

Portanto, é no momento em que o poder político sistematizado se organiza na forma de Estado, com todas as suas instituições burocráticas e de coesão, visando a perpetuação da sociedade classista, que a educação desponta como um complexo social politicamente subordinado ao Estado. Como a função do Estado é garantir a proteção da classe dominante contra a fúria da classe dominada, a educação em sentido estrito passa agora a ser organizada pelo Estado, colaborando com a forma de dominação. Assim, diferente das sociedades primitivas, a educação ganha um caráter formal, no qual a transmissão de conhecimento se dá de maneira sistematizada, e visa atender a um objetivo específico.

É neste momento da sociabilidade humana que o complexo da educação se torna subordinada, em termos relativos, a categoria Estado, mesmo o antecedendo ontologicamente. Portanto, a educação em sentido estrito, centrada no Estado, é resultado das relações sociais antagônicas, e não uma necessidade imperiosa para a reprodução social. A educação existe, e sempre existirá em qualquer forma de sociabilidade, pois, assim como trabalho, é uma condição necessária para a existência do homem como ser social. O Estado, pelo contrário, é uma necessidade de reprodução da classe dominante, portanto, existirá enquanto a sociedade for dividida em classes.

Portanto, é a partir do surgimento da propriedade privada e consequentemente do Estado, que a educação é organizada de forma cada vez mais restrita, de forma a atender aos interesses de reprodução da classe dominante, e não mais da sociedade como um todo. Ao ser centrada no Estado, a educação adquire um elevado grau de sistematização, no qual os conteúdos são organizados de forma a atender a interesses específicos. A classe que domina o poder material, domina também o poder espiritual, isto é, domina o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo de sua existência, permitindo que a classe dominada tenha acesso apenas ao saber que não se configura uma ameaça à ordem social vigente. No escravismo, os escravos como classe dominada não tinham nenhum acesso à educação formal. No feudalismo, a educação formal abrangia principalmente o clero, que junto com a nobreza era a classe dominante. Aos servos, como classe

dominada, restava apenas o conhecimento religioso, que era usado como forma de controle através do medo de castigos divinos. Na sociedade atual, que tem como base o modo de produção capitalista, a educação tem o papel de formar a mão de obra com condições suficientes para atuar no mercado de trabalho, permitindo que o indivíduo esteja em condições de ser explorado pela classe dominante.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

1 EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS

A humanidade galgou um longo percurso até chegarmos no modo de produção capitalista, conforme nos encontramos hoje. Em toda forma de sociedade humana, desde o salto ontológico da esfera orgânica até os dias atuais, o trabalho sempre foi a mola que impulsionou a humanidade para novas formas de sociabilidade. Entretanto, outros complexos sociais estão intimamente relacionados ao trabalho, e, portanto, também tiveram relativa importância durante o período transitório entre os modos de produção. E dentre esses complexos sociais destacamos o complexo educação, uma vez que ela está diretamente associada à reprodução do gênero humano, independente do estágio de sociabilidade do homem como ser social. Se o trabalho permite a existência do homem como ser social, a educação contribui para a reprodução da sociabilidade humana. Portanto, em todas as sociedades existentes, a educação desenvolveu sua função ontológica, de repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade para as futuras gerações, permitindo sempre a criação do novo.

Conforme demonstramos no capítulo anterior, a educação é uma necessidade imperiosa para a reprodução da sociabilidade humana, pois é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, para que o homem se torne apto a conviver adequadamente entre seus pares, é necessário ser educado de acordo com os princípios que regem essa sociedade. Isto significa que a educação tem o papel de reproduzir a sociabilidade, e não necessariamente de transformá-la. É claro que ao se apropriar dos conhecimentos acumulados pela sociedade, que resulta na possibilidade de se criar conhecimentos radicalmente novos, as novas gerações podem impulsionar mudanças sociais, inclusive em direção ao socialismo. Entretanto, no complexo da educação não residem mediações suficientes para este impulso ontológico, essas mediações residem no trabalho. Ou seja, para que a educação colabore efetivamente com uma mudança radical na sociedade, primeiramente seria necessário ocorrer mudanças nas relações de trabalho, para que assim pudessem ocorrer mudanças na educação.

Ora, a transição entre os sistemas de produção, entre escravismo e feudalismo e entre feudalismo e capitalismo se deu justamente devido às modificações nas relações de trabalho. O trabalho, como fundador da sociabilidade humana, sempre terá a primazia nas relações sociais. Na idade antiga, as relações de trabalho tinham como fundamento o escravismo, onde o escravo produzia a riqueza que era totalmente apropriada pelo seu senhor. Aos escravos eram dados apenas comida e alguma vestimenta, e por isso os escravos não tinham nenhum interesse em aumentar a produção. A forma de se produzir excedente era aumentar o número de escravos, daí a necessidade dos impérios de guerrear com outros povos, a fim de conseguir mais cativos. O modo de produção escravista demandou a classe dominante sintetizar seu poder político em um Estado escravista, cuja função era

defender os interesses dos senhores de escravos. Assim, a burocracia do Estado favorecia a classe dominante, no qual os escravos não tinham nenhuma garantia do ponto de vista da legalidade do direito.

Em um estado abertamente classista, a falta de direito aos escravos negava a esta classe qualquer acesso à educação formal, a única educação recebida era a instrução prática, no próprio local de trabalho. A escravidão permitia aos senhores ter tempo livre, que era ocupado com outras atividades que não o trabalho, que geralmente eram atividades educacionais. Os espartanos, por exemplo, ocupavam o tempo livre com exercícios de guerra, ou seja, a educação em esparta, reservada exclusivamente para a classe dominante, em sua forma restrita, tinha o objetivo de formar guerreiros, que iriam conquistar novos escravos. Já em Atenas, a educação ganha um ar mais propedêutico, formando os cidadãos para participar da vida política, claro, sem abrir mão de formar soldados, pois estes eram necessários para a manutenção da ordem escravista. Em todo caso, a educação só era reservada para a classe dominante, uma vez que a classe dominada estava totalmente ocupada em produzir a riqueza material para os seus senhores.

A transição do escravismo para o feudalismo se deu a partir das ruínas do império romano, que resultou em uma nova forma de organização do trabalho. Com o fim da proteção do império viviam-se tempos de caos, que obrigou a classe dominante a organizar-se em uma nova forma de Estado. Enquanto a classe dominada não gozava de instruções intelectuais necessárias para organizar-se politicamente, a classe dominante, a fim de não perder seus privilégios, deu origem às relações de produção ao modo do feudalismo. No feudalismo, diferente do escravismo, os reinos não eram tão extensos quanto os impérios, e estavam divididos em partes, denominadas feudos. As terras de um reino pertenciam à nobreza ou à Igreja, que as arrendavam para outros senhores. Esses arrendatários eram chamados de senhores feudais, que podiam arrendar as terras para terceiros, o que resultava em uma diversidade de feudos.

As relações de trabalho no feudalismo eram bem distintas do escravismo. Quem arrendava as terras de um senhor tornava-se seu vassalo, ou seja, devia fidelidade ao seu senhor, defendendo-o inclusive em casos de guerra. Ou seja, além de pagar os tributos necessários ao arrendamento, o vassalo tinha obrigações de servir ao senhor quando necessário. E quem trabalhava no feudo, mas não tinha a posse da terra era denominado servo, que também devia fidelidade ao senhor feudal. Entretanto, diferente do escravismo, o servo não podia ser vendido, e gozava de uma relativa liberdade, se comparado aos escravos. As ferramentas de trabalho pertenciam ao servo, e este pagava o senhor com uma parcela do que era produzido no feudo. Isto significa que aumentar a produção era benéfico tanto para o servo quanto para o senhor, pois ambos se apropriaram de uma parcela do que foi produzido.

Diferente dos escravos, os servos tinham algum tempo livre, que podia ser ocupado com outras atividades que não o trabalho, inclusive com atividades educativas. Entretanto, a educação formal estava reservada principalmente ao clero, que, a partir de dogmas, educava as classes dominadas. Neste contexto, a educação reservada aos servos se restringia ao básico de leitura e escrita e aos conhecimentos dos dogmas da Igreja. Assim sendo, diferente do estágio de sociabilidade anterior, no feudalismo a classe dominada já tem direito a uma educação fora do ambiente de trabalho, mesmo que de maneira muito limitada.

No feudalismo as relações sociais se davam de maneira coletiva, e quase todo o necessário para a sobrevivência das pessoas encontrava-se no interior do feudo, ocorrendo através de relação de troca sem o uso de moeda. As leis baseavam-se nos costumes do feudo, tendo o senhor feudal como autoridade máxima. Isto significa que o poder político estava concentrado nas mãos da classe dominante, constituída por Clero e Nobreza, e abaixo destes, os senhores feudais. Assim sendo, embora mais descentralizado que no escravismo, o Estado feudal manteve a sua essência classista, no qual o direito defendia quase exclusivamente a classe dominante.

Portanto, tanto no Escravismo como no feudalismo o Estado mantém a sua função ontológica, de garantir a dominação de uma classe sobre a outra. Ambos se constituíram abertamente como um Estado de classes, ou seja, tanto o poder político como o direito visavam atender, quase exclusivamente, a classe dominante. Nas sociedades pré-capitalistas, o Estado, munido da força repressora, garantiu a reprodução dos costumes desta sociedade. Ou seja, a partir da sociedade de classes e do Estado, a reprodução social encontra-se amarrada a uma estrutura vigente, e qualquer tentativa de superação esbarra na força repressora do Estado, uma vez que a função deste é manter o *status quo* da sociedade em questão. Neste contexto, para romper com a ordem social é necessário uma revolução que modifique principalmente as relações de trabalho, e isso resulta em novas formas de sociabilidade.

2 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

A superação da ordem feudal, que permitiu a transição para o capitalismo, se deu através das modificações das relações de trabalho, resultado inicialmente do acúmulo de excedentes nos feudos. A relativa liberdade do servo permitia que este aumentasse a produção, cujo excedente poderia ser comercializado. Assim, a comercialização dos excedentes de produção, somado ao movimento das cruzadas, fortaleceu as relações de comércio na Europa, cujas relações de trabalho diferem da produção no interior do feudo. Esse fortalecimento do comércio, que ocorria no interior dos burgos (cidades), fez surgir uma nova classe social, a burguesia. Esta classe social, ao longo dos séculos XV a XVIII se fortalece economicamente, embora não tenha a supremacia do poder político.

A passagem do feudalismo para o capitalismo, as relações sociais são elevadas a uns novos patamares, resultado das modificações das relações de trabalho. No modo de produção capitalista, as relações de trabalho sofrem alterações radicais, e ocorrem de maneira totalmente oposta ao modo de produção feudal. No feudalismo, o servo detinha os meios de produção: a enxada, a foice, o machado, o arado etc. eram de propriedade do servo, que se encontrava vinculado a um feudo, e dele não podia ser expropriado. No capitalismo, primeiramente, o trabalhador é afastado dos modos de produção e do produto produzido, restando para sua sobrevivência apenas vender sua força de trabalho (LESSA;TONET, 2004).

E para se tornar a classe dominante, a burguesia precisou enfrentar o poder dos reis, que era forte e concentrado durante o mercantilismo, período transitório entre o feudalismo e o capitalismo. Na busca por atender seus anseios, a burguesia via a necessidade de se enterrar o Estado feudal, para costurar uma nova ordem social, conivente com os seus interesses. Todavia, derrotar o absolutismo não era tarefa fácil, uma vez que o poder político e militar encontrava-se centralizado na pessoa do rei, diferente da sociedade feudal, onde o poder estava, de modo geral, mais disperso, dividido entre senhores feudais, Igreja e Clero. Assim, para conseguir sua emancipação política, a burguesia se colocou como a defensora de todas as classes sociais, que eram oprimidas pelo poder real.

É neste contexto que o Estado burguês, moldado a partir da emancipação política da burguesia, se apresenta como o estágio mais organizado das formas de Estado, e difere dos Estados pré-capitalistas, principalmente, em relação ao direito civil. Se no escravismo e no feudalismo, o Estado apresentava-se abertamente como um Estado de classes, no Estado capitalista, caracterizado pelo domínio político da burguesia, o direito, é em tese, estendido a toda a sociedade civil. Ou seja, o Estado burguês nega o caráter classista e assume um caráter universal. A estrutura jurídica burguesa busca equiparar todos os cidadãos perante a lei, algo que não ocorria nos estágios anteriores.

Portanto, aqui reside um ponto essencial para a compreensão do nosso estudo, que é a contradição existente entre a subjetividade e a materialidade, presente no discurso burguês. Ou seja, prega-se em teoria, isto é, na subjetividade, uma ideia, mas na materialidade, no mundo real, defende-se outra. Isto significa que o direito burguês, que é a base legal para as relações sociais, prega que a sociedade é igual perante a lei, porém, quanto à materialidade, a sociedade continua desigual. Ou seja, o que diferencia o discurso burguês das demais classes dominantes é o uso da palavra liberdade e igualdade com um forte apelo emocional, que permite todas as classes oprimidas a sentir-se representada pela burguesia. A classe burguesa coloca-se subjetivamente como defensora da liberdade do homem, mas, objetivamente, defende apenas a sua própria liberdade. Ou seja, a liberdade defendida pela burguesia, desde sua gênese até os dias atuais, é a liberdade referente a propriedade privada, a liberdade de mercado, liberdade econômica etc. e nunca a liberdade plena do ser social.

Como consequência, o pensamento burguês, ao igualar subjetivamente as classes materialmente desiguais, determina a criação de um Estado que garanta o mínimo de liberdade e direitos às classes dominadas, sendo esta a condição necessária para a existência da burguesia como classe dominante. Essa contradição não ocorreu por filantropia, mas sim para garantir o apoio político necessário para superar o poder dos reis durante o período revolucionário. Ora, se o surgimento do Estado capitalista se dá a partir da contradição entre classe burguesa e proletária, é compreensível que essa contradição perdure por toda a sua existência.

Por consequência, em uma sociedade onde o direito beneficiava quase exclusivamente as classes dominantes, o apelo pela igualdade entre toda a sociedade civil garantiu a burguesia aparecer como representante de todas as classes dominadas. Isto significa que o Estado burguês é criado sob o argumento da busca pela conciliação entre as classes sociais, sendo ele o defensor da igualdade entre as pessoas e da liberdade econômica. Ora, defender a igualdade entre as classes é uma contraditória necessidade da burguesia, que só poderia se colocar como representante de todas as classes sociais se com elas dividisse interesses em comum, elevando subjetivamente todo homem ao padrão burguês. Entretanto, ao defender a liberdade econômica, o Estado burguês garante que a igualdade entre as classes fique apenas no universo subjetivo, enquanto as condições materiais permanecem desiguais. Como se nota, ao chamar para si a defesa dos ideais de igualdade, as ideias da burguesia se mostram como bastante sedutoras, ao fazer acreditar que todos são iguais perante a lei. Ora, no modo de produção capitalista, diferente dos demais modos de produção, a exploração do trabalho se dá de modo consensual, ou seja, o trabalhador aceita de maneira espontânea a exploração de sua força de trabalho. Portanto, a primeira grande característica do Estado burguês, que difere dos Estados pré-capitalistas, é a extensão do direito civil, que, ao menos em teoria, é universalizado a todas as classes sociais. Isto quer dizer que, no Estado burguês, todas as classes sociais gozam do direito à liberdade e à propriedade privada. Entretanto, por não deter o poder material, e portanto, não possuir meios de produção, a parcela de liberdade que sobra para a classe trabalhadora é a liberdade de escolher por quem será explorada, cabendo ao Estado garantir que isso se efetive.

O modo de produção capitalista dá origem a uma nova forma de sociabilidade com base na acumulação de capital, isto é, de riqueza material que pode ser investida para gerar mais riqueza material. Nessa sociabilidade, o fruto do trabalho humano, ou seja, as objetivações do trabalho, não tem mais valor de uso, e sim valor de troca. O trabalho, ato fundante da sociabilidade humana, e responsável por elevar o ser social a novos estágios de sociabilidade se converte em trabalho abstrato, ou seja, o trabalho com valor de troca, que “corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria” (LESSA, 2012, p. 26). No capitalismo tudo é mercadoria e pode ser

trocado no mercado, inclusive a força de trabalho, e o homem que não tem mais nada para trocar, depende unicamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Se a classe trabalhadora não detém mais a primazia sobre os meios de produção, seja no campo ou na cidade, agora precisa comprar o essencial para a sua existência (comida, vestuário etc.), e para isso necessita vender sua força de trabalho para o burguês, que agora é quem detém os meios de produção. Assim, a exploração do homem pelo homem ganha contornos diferenciados, e ocorre de forma cada vez mais incessante.

Ao ser afastado dos meios de produção, só resta ao trabalhador vender sua força de trabalho para sobreviver, e quem compra a força de trabalho, no caso, a burguesia, pretende lucrar com ela. Isto quer dizer que, quem vende a força de trabalho, precisa produzir mais que o necessário para a sua sobrevivência, pois precisa produzir também para quem a comprou. Ou seja, a burguesia, ao comprar a força de trabalho, sempre obterá ao final do mês um valor maior do que o valor pago pela mão de obra. A força de trabalho como mercadoria tem a função de produzir riqueza superior à necessária para o seu pagamento. Em outras palavras, o trabalhador gera riqueza suficiente para pagar seu próprio salário e para gerar excedente. Isto significa que, o “fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas” (MARX, 2013 p. 198). Assim sendo, se meia jornada de trabalho é suficiente para pagar o custo do trabalhador, a outra meia jornada trabalhada é o lucro do empregador, ou seja, o mais valor absoluto.

Outra forma de aumentar o mais valor, que resulta no lucro, é o burguês aumentar a produção através do aprimoramento dos meios de produção. Assim, a evolução do maquinário consegue aumentar a quantidade de mercadorias produzidas em um dia, o que significa uma redução do tempo de trabalho necessário para o trabalhador pagar seu próprio salário. Se o trabalhador precisava de meio expediente para pagar sua própria força de trabalho, com o aumento da produtividade esse tempo pode ser reduzido para um quarto de expediente. Portanto, se o operário trabalha um quarto de expediente para pagar seu valor, os outros três quartos de expediente trabalhado são para gerar lucro ao burguês. É o mais valor relativo.

Assim sendo, em Marx, o conceito de mais valor refere-se ao lucro gerado a partir da exploração do trabalho assalariado, onde o excedente produzido pelo trabalhador constitui-se em lucro para o patrão. Por isso, para existir capitalismo é essencial a exploração do homem pelo homem, pois o mais valor só é gerado a partir do momento em que o trabalhador é compelido a vender sua força de trabalho, pois não detém mais os meios de produção. A abolição do trabalho subsumido ao capital significaria o fim do capitalismo, e por isso, a conciliação entre capital e liberdade plena da classe trabalhadora é um antagonismo irreconciliável.

Compreender a relação de trabalho que ocorre no capitalismo é de crucial importância para que possamos entender o papel designado à educação neste modo de produção. A passagem do feudalismo para o capitalismo, que é resultado das modificações nas relações de trabalho, onde a relação de compra e venda de mercadorias é imperiosa, resultou em modificações em todos os complexos sociais, no qual destacamos a educação e o Estado, que são o objeto do nosso estudo. Primeiramente porque, para que a burguesia se compusesse como a classe representante de todas as classes sociais durante o processo revolucionário, precisou ocultar reais suas intenções através da égide da liberdade e da igualdade entre os povos, ideias defendidas pela corrente de pensamento liberal, que viria a resultar em uma organização de Estado pautada nos mesmos princípios. O Estado burguês, resultado da emancipação política da burguesia, inicialmente ancora-se no pensamento econômico liberal, no qual preza pela liberdade, individual e econômica, e pela igualdade em relação ao direito civil.

Portanto, a principal distinção entre o pensamento burguês moderno, apoiado nas ideias liberais, e os modos de produção anteriores, é o fato priorizar sempre o indivíduo, ao invés do conjunto social. No período feudal, por exemplo, o indivíduo não era entendido como a parte principal de uma sociedade, mas sim as famílias, os povoados, as comunidades etc. As relações sociais pautavam-se nos interesses de toda a sociedade dos feudos, e não meramente na vontade de um único indivíduo. “Isso significa dizer que as relações sociais, alianças políticas e até as alianças matrimoniais aconteciam em decorrência dos interesses familiares, coletivos ou estamentais e não em função das motivações individuais dos seres humanos” (LEIBÃO, 2015, p. 256).

Já no modo de produção capitalista, pautado no pensamento liberal, primordialmente coloca o indivíduo como o centro da teoria sócio política, em detrimento do corpo coletivo. O direito universal, estendido a todas as classes sociais, é na verdade o direito burguês. O pensamento liberal elevou as necessidades humanas às necessidades da burguesia, igualando subjetivamente classes objetivamente desiguais. Deste modo, coube ao Estado liberal assegurar as liberdades individuais, através do direito, em detrimento das necessidades coletivas. A liberdade defendida diz respeito principalmente à propriedade privada dos meios de produção, e a liberdade econômica. Caldas (2018) afirma que a função do Estado liberal era, basicamente, a de garantir a ordem social por meio do direito legalmente instituído.

Por conseguinte, entende-se que, a função do Estado liberal era de assegurar a liberdade de expropriação da classe trabalhadora pela classe burguesa. A ideologia do Estado burguês, desde a sua gênese, se colocou como defensor de todas as classes sociais, estendendo o direito igualitário a toda a sociedade. Entretanto, é por demais sabido que o motivo principal para a defesa de tal argumento, reside no fato de que, para se sobrepor ao poder dos reis, a burguesia necessitava de todo o apoio

popular que fosse possível para o período histórico em questão. Foi com o apoio das baixas classes sociais que as revoluções burguesas alcançaram o êxito, consolidando a burguesia como classe dominante.

No contexto de sociabilidade ao modo burguês, ancorada no pensamento liberal, a educação ganha uma maior notoriedade, uma vez que se tornou importante para a produção de mercadorias, pois a partir da modernização dos processos produtivos, exigia-se do trabalhador uma formação além do ambiente de trabalho, que lhe garantisse qualificação suficiente para operar as máquinas. Por isso, a educação de maneira formal passou a ser discutida de forma mais incisiva no contexto de reprodução do capital, pois está diretamente atrelada ao processo de produção de mercadorias. Ao universalizar o direito, o Estado burguês criou contradições em todos os complexos sociais, incluindo o complexo da educação. Assim, a educação passa a ser necessária, mesmo de maneira contraditória, como veremos adiante, para a reprodução do capital.

Entretanto, é necessário enfatizar o fato de que a burguesia sempre defenderá a atuação do Estado de acordo com as suas necessidades, portanto, a expansão dos sistemas educacionais que visam atender a classe trabalhadora só ocorre no momento que passa a ser importante para o desenvolvimento do capital. Na fase inicial do capitalismo, onde os modos de produção eram ainda rudimentares, a educação era vista pela burguesia como desnecessária para a classe trabalhadora, uma vez que as máquinas de manufatura não necessitavam de habilidades intelectuais.

Neste contexto, a classe burguesa divergia em relação à necessidade de se educar, entendendo a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual como uma questão natural, no qual não caberia o Estado intervir. A classe burguesa defendia seus interesses, e entendia que afastar a criança da fábrica para estudar era uma perda de tempo de trabalho, e conseqüentemente de lucro. Marx (2013) comenta sobre a polemização entre Adam Smith e Germain Garnier, em torno da oferta da educação pelo Estado. Enquanto Smith defende a instrução, embora em doses homeopáticas, Garnier afirma que:

Como todas as outras divisões do trabalho, aquela entre o trabalho manual e o intelectual torna-se mais evidente e resoluta à medida que a sociedade” (ele aplica corretamente essa expressão para designar o capital, a propriedade da terra e o Estado que lhes corresponde) “se torna mais rica. Essa divisão do trabalho, como qualquer outra, é efeito de progressos passados e causa de progressos futuros. [...] Sendo assim, pode o governo contrariar essa divisão do trabalho e detê-la em seu curso natural? Pode ele utilizar parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que se esforçam por sua divisão e separação? (MARX, 2013, p.300)

A educação como necessidade para a reprodução do capital, e amplamente defendida pela burguesia na atualidade, só se torna realidade a partir da modernização dos meios de produção, onde a mera instrução prática não se fazia suficiente para atender as necessidades de qualificação do

trabalhador. Consequentemente, a partir da complexificação dos modos de produção, educar a classe trabalhadora passou a ser entendida como uma necessidade para a reprodução do sistema capitalista, pois é necessário preparar a mão de obra o suficiente para a extração da mais valia. Para que o capital possa obter mais valia, ou seja, possa explorar o trabalho humano, faz-se necessário que toda a classe trabalhadora esteja em condições de gerá-la. Por isso, a educação, em sua forma restrita e com conteúdos sistematizados, passa a ser estendida para a classe proletária, visando adequar a mão de obra aos novos meios de produção.

Após as revoluções burguesas do século XVIII, que esgotou aí o seu caráter revolucionário, a burguesia, agora nova classe materialmente e politicamente dominante, buscou desenvolver meios de garantir a reprodução social ao modo do sistema capitalista, tendo na educação uma forte aliada. Saviani (2011), afirma que, durante a passagem do feudalismo para o capitalismo, quando a burguesia mantinha seu caráter revolucionário, a educação também atendia aos interesses revolucionários, como forma de articular a sociedade contra o regime feudal dominante. Porém, ao conseguir sua emancipação política, a burguesia não tem mais interesse na verdade, pois não pretende abrir mão de seus privilégios. Por isso, esta classe social busca subsumir a educação aos seus interesses de reprodução.

Assim sendo, desde a sua ascensão política, a burguesia viu “que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder” (MARX; ENGELS, 2011, p. 18) . Portanto ofertá-la para a classe trabalhadora é um risco, e como todo investimento de risco só deve ocorrer quando as chances de sucesso forem maiores que as de fracasso. Santos (2017, p. 56) afirma que:

A opção, portanto, da classe detentora dos meios de produção para atender às necessidades do capitalismo é possibilitar para os trabalhadores apenas instrução minimamente necessária, mas que seja carregada com a exclusividade dos imperativos imediatos da produção capitalista. No entanto, há no horizonte da refinada retórica da intelectualidade burguesa, o discurso de que o capitalismo foi o primeiro sistema que pôs em marcha a universalização da educação. Isso de fato é verdade, se olharmos somente a aparência enganosa dos fatos. Com efeito, ao aprofundarmos a análise, conseguimos iluminar que a universalização proposta pela burguesia fica apenas circunscrita ao creme do bolo. O que faz a burguesia ao necessitar do processo educativo como elemento de realimentação para a estrutura econômica capitalista que se monta após a Revolução Francesa? Universaliza o que lhe é particular! O padrão propedêutico educativo é guardado para si. Já para resolver os problemas demandados pelos imperativos da produção, a burguesia apresenta a generalização dos seus interesses, mas apresenta-os como se fossem necessidades universais a todos. Ou seja, particulariza seus interesses educacionais; mas afirma que os universaliza.

No capitalismo, a universalização da educação como necessidade para a reprodução do ser social é inviável, uma vez que o acesso à educação por parte da classe trabalhadora se dá de maneira

extremamente restrita, os conhecimentos acumulados e decantados pela humanidade são filtrados de modo que chegue a classe trabalhadora apenas aqueles conteúdos essenciais para manter a sociabilidade do capital. Entretanto, é preciso reconhecer que, se comparado aos modos de produção anteriores, é a partir do capitalismo que pode-se notar uma educação voltada para as classes dominadas, que até então eram excluídas do processo de educação formal. Essa incipiente educação voltada para a classe trabalhadora se deu a partir da necessidade de adequação da mão de obra ao modelo de produção vigente, embora essa educação não tenha ocorrido com unanimidade em todos os países capitalistas.

Esta é mais uma contradição necessária à reprodução do capitalismo, pois a educação é necessária para a reprodução do capital, que necessita deixar a classe trabalhadora em condições de gerar mais valia. Entretanto, a educação formal também pode converter-se em uma ameaça à hegemonia do pensamento burguês em todos os complexos sociais. Ao repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade, a educação, comprometida com a verdade, tem a capacidade de desmistificar alguns preceitos essenciais para existência do capitalismo, o que pode se converter em uma ameaça à burguesia. A realidade social mostra que a sociabilidade capitalista baseia-se na exploração incessante do mais valor, e que não mede esforços para obtê-lo, mesmo que para isso precise destruir nações inteiras, extinguir determinados recursos naturais, ou mergulhar o planeta em uma crise ambiental sem precedentes. Ao conhecer a verdade, é possibilitado ao indivíduo entender que o único caminho viável para evitar o fim precoce da raça humana é a superação da sociabilidade do capital.

Por isso, a educação formal é ofertada para as massas no sentido mais restrito possível, com a função primordial de adequar a mão de obra ao mercado de trabalho insurgente, sendo este o limite da universalização na sociabilidade do capital. Com a segunda revolução industrial, ocorrida no século XIX, a produção fabril tornou-se mais complexa, rompendo totalmente com a produção manufatureira, e exigindo cada vez mais um maior grau de especialização dos trabalhadores. A complexidade das relações dos processos produtivos tornaram inviável ao trabalhador aprender o ofício somente na prática, sendo necessário uma qualificação no campo teórico. Na busca pelo lucro, é certo que a burguesia não pretendia perder tempo e dinheiro com o treinamento básico de um funcionário, optando por contratar aqueles que já dominavam o ofício. Se no período inicial do capitalismo e educação ofertada pelo Estado foi resultado da luta da classe trabalhadora, com a evolução dos meios de produção passou a ser uma necessidade para o capital.

Neste contexto, coube ao Estado, (embora com peculiaridades regionais) organizar a educação, tendo em vista as necessidades do capital. Diferente das sociedades pré-capitalistas, no capitalismo, o Estado tem um importante papel na educação, uma vez que os novos modos de

produção necessitam de trabalhadores qualificados, e ao mesmo tempo obedientes, que se adequem às exigências do mercado. Ora, se o Estado é o braço que protege a classe dominante da fúria da classe dominada, a educação centrada no Estado tem a função de aplacar essa fúria, comprometendo-se com a ideia de qualificar os indivíduos para que estes possam melhorar sua condição material. Portanto, a organização formal é organizada e sistematizada de modo a atender os interesses da burguesia, mesmo que aparentemente atenda os anseios do proletariado.

Entretanto, em sua essência, a educação mantém a função ontológica de reprodução da sociedade. E na sociedade burguesa, a política educacional é subsumida ao capital, e portanto, por mais revolucionária que possa parecer, atende aos interesses do capitalismo. Formar mão de obra qualificada é muito mais importante, em termos gerais, para a classe dominante que para a classe dominada. Assim a educação organizada do ponto de vista da burguesia passa a atender uma dupla função: ao mesmo tempo em que forma a mão de obra, também prepara o indivíduo para o convívio na sociabilidade do capital, defendendo o convívio harmonioso entre as classes sociais, mas individualista e competitivo entre os integrantes da classe trabalhadora.

Portanto, aqui aparece a grande distinção em relação à educação pré capitalista e a educação burguesa: a educação precisa ser universalizada, uma vez que o trabalho artesanal agora é feito por máquinas cada vez mais modernas. Assim, para operar uma máquina é necessário que o trabalhador possua um mínimo de conhecimento teórico, sendo a escolaridade um pré-requisito básico para adentrar no mercado de trabalho. Por consequência, um trabalhador que não tenha o conhecimento básico, como leitura e escrita, torna-se muito limitado, com isso não atende as necessidades de reprodução do capital. Para extrair a mais valia, faz-se necessário que o trabalhador atenda aos critérios básicos de empregabilidade exigidos pela burguesia.

Nesta conjuntura, a educação conforme conhecemos atualmente, organizada, sistematizada pelo poder estatal e ofertada pela instituição escolar, atende a necessidade de reprodução do sistema sociometabólico do capital, servindo principalmente para adequar a mão de obra às necessidades da sociabilidade capitalista. A educação sempre manterá sua função ontológica de promover a reprodução do ser social, e na atual fase da sociabilidade humana, devido a sua finalidade ontológica, reproduzirá modo da sociabilidade capitalista. As forças econômicas que agem no complexo da educação na atualidade são muito maiores que nos outros modos de produção, devido às contradições que são inerentes ao capitalismo. Portanto, do ponto de vista da burguesia, o essencial da educação é preparar o indivíduo para o convívio na sociabilidade do capital, atuando principalmente na formação da mão de obra necessária para a reprodução do sistema. Onde há necessidade de uma mão de obra qualificada, o sistema irá se ocupar de fornecer esta mão de obra com alta qualificação, como é o

caso, atualmente, dos países dito desenvolvidos, que prezam primordialmente pela produção de tecnologias, exigindo elevado grau de qualificação.

Onde for necessário mão de obra com baixa qualificação, a educação formal, subordinada ao capitalismo, se ocupará de produzir essa mão de obra qualificada somente o necessário para a reprodução do sistema, como é o caso dos países em desenvolvimento. O “fracasso da educação” em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, na verdade, é o objetivo da educação como necessidade para a reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Neste sentido, é possível entender que, no capitalismo, o papel ideológico exercido pela educação é muito maior que nos modos de sociabilidade que o precedem, uma vez que faz-se necessário educar a classe trabalhadora. Porém, a dose de educação deve ser mínima, apenas a necessária para dominar os novos modos de produção. Qualquer excedente pode ocasionar problemas para o sistema, uma vez que, quanto maior o grau de instrução, menor a possibilidade de manipulação de um indivíduo social. A solução encontrada foi centrar a educação no Estado, que cria e executa a política educacional. Isso não quer dizer que compete somente ao Estado ofertar o ensino, porém, todas as instituições que o ofertam, que seja pública quer seja privada, estão subordinadas a uma legislação educacional superior, podendo agir apenas dentro dos limites destas leis.

É fato que o sistema político econômico condiciona a política educacional às suas necessidades, embora, aqui seja o ponto onde reside o maior embate entre capitalismo e classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que a educação é usada como ferramenta de subordinação, ao se expandir para toda a classe trabalhadora, abre pressupostos para uma maior instrução dos trabalhadores, que passam a adquirir consciência sobre seus direitos. Por isso, a educação organizada pela burguesia “teria, necessariamente, um caráter predominantemente informativo e limitado, pois o conteúdo de que o trabalhador necessitava não exigia um pensamento crítico e capacidade inventiva” (TONET, 2016, p. 13).

Ora, é por isso que são poucos os jovens brasileiros que conseguem acessar um curso superior, a nível de graduação e pós graduação. A educação promovida pelo capital em países periféricos necessita primordialmente de mão de obra barata que executarão os serviços manuais, enquanto poucos executarão serviços intelectuais. É neste contexto que a educação básica se torna acessível, e obrigatória, para as camadas populares da sociedade brasileira, enquanto a educação superior alcança principalmente a parcela da sociedade com maior poder aquisitivo, a quem é reservado o trabalho intelectual. Entretanto, dadas as condições de contradição que perpassam todos os complexos sociais, a educação pode contribuir com a luta da classe trabalhadora, uma vez que é possível comprometer-se com a verdade, e a verdade mostra a necessidade imperiosa de superação do capitalismo, sob o risco do fim precoce do gênero humano. E a luta organizada da classe trabalhadora é o único caminho

para a superação do capital. Qualquer forma de conteúdo escolar que vise proporcionar este debate é combatido pela classe burguesa, mas ainda assim pode ser enfatizado pela classe trabalhadora, como forma de contribuir com a luta do proletariado.

3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

O sistema capitalista, além de se caracterizar pela exploração do homem pelo homem, também mantém uma característica que lhe é peculiar, que são as crises cíclicas deste sistema de produção. E a cada nova crise, são adicionados novos fatores ao convívio social, na busca por contornar os períodos de crise e perpetuar a ordem capitalista. As crises do capital são inevitáveis e essenciais para sua própria existência. “As crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Entretanto, neste estudo destacaremos as crises que ocorreram a partir de 1970, pois estas possuem novas características, que a fazem se aproximar de uma crise estrutural.

[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796)

Tal crise foi motivada devido a incapacidade do capital de gerar lucro massivamente. Com a recuperação da economia europeia após a segunda guerra mundial, os mercados estavam abarrotados de mercadorias sem compradores, ao mesmo tempo em que a burguesia enfrentava o poder relativamente organizado da classe trabalhadora, principalmente nos países onde ocorreu a revolução burguesa. Assim sendo, a falta de compradores, associados aos salários relativamente altos nesses países, limitava os lucros do capital.

A estrutura do modo de produção capitalista tem como base fundamental a geração do lucro, que é obtido através da extração incessante do mais-valor. O objetivo principal do capital é gerar lucro a qualquer custo. A falta de lucro (ou lucros muito baixos em todos os setores da economia capitalista) coloca em xeque a existência de todo o sistema capitalista. Por esses motivos, Mézszáros (2011), denomina as crises do capital, a partir de 1970, como crises estruturais.

A crise de 1970 foi motivada principalmente pelo acúmulo de produção nos países industrializados, cujo modo de produção fordista/toyotista gerou um grande excedente de produção. Os países europeus que outrora haviam sido um forte mercado consumidor de produtos norte-americanos, agora competiam com os Estados Unidos pelo mercado global. Soma-se a isso, o poder

relativamente organizado da classe trabalhadora nos países industrializados, no qual a organização sindical proporcionou algumas garantias aos trabalhadores, contrariando a lógica do capital. O período também foi marcado pela crise do petróleo, que resultou no aumento do preço dos combustíveis, reduzindo drasticamente a margem de lucro da burguesia fabril. Ora, se faltava compradores para o excedente de mercadorias, aumentar os preços para compensar o aumento dos combustíveis seria levar às fábricas a um novo colapso. Tal situação reduziu a capacidade do capitalismo em gerar lucro nos países desenvolvidos, onde os salários pagos aos trabalhadores eram relativamente altos e estáveis, resultado das medidas adotadas pelo Estado de bem estar social.

A solução, ou soluções, encontradas pelos teóricos do capitalismo para superar a crise de 1970 se deu de maneira complexa, mas podemos defini-la com a palavra neoliberalismo. Seus defensores pregavam a ideia de que a culpa da crise residia no Estado de bem estar social, que defendia veementemente a classe trabalhadora. Portanto, era necessário um Estado forte, a ponto de acabar com qualquer privilégio da classe trabalhadora, deixando que o mercado reassumisse as rédeas da economia. Portanto, os teóricos do neoliberalismo defendem o fim da atuação do Estado tanto na economia como nos setores sociais, afirmando que “o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2014, p. 12).

Por isso, as empresas estatais deveriam ser privatizadas, os programas de assistência ao trabalhador deveriam ser extintos, os serviços de educação e saúde privatizados, a legislação trabalhista flexibilizada etc. Caberia ao Estado apenas criar condições para a propagação do capitalismo. Em vez de investir em bem estar social, o Estado deveria investir em infraestrutura, a fim de alocar as empresas em expansão. Essas ideias se propagaram pelo mundo, apoiadas principalmente por Estados Unidos e Inglaterra, duas potências econômicas com poder de decisão global. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, países pioneiros na adoção da teoria neoliberal, o Estado enfrentou, e derrotou, os principais sindicatos, mostrando que a alternativa da classe trabalhadora seria a negociação com os patrões, e não mais o enfrentamento (HARVEY, 2014).

Ora, se o lucro só é obtido através do mais valor, para superar a crise, o capital reinventa novas formas de se extrair mais valor. E se a forma de extrair mais valor é através da exploração da classe trabalhadora, o capital se ocupa de desenvolver formas mais modernas e eficientes de explorar a mão de obra. Neste contexto, atendendo as necessidades do capital, se inicia o processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela flexibilização em todos os setores da economia. O combate aos sindicatos é a primeira frente de luta entre capital neoliberal e trabalhadores, uma vez que, ao neutralizar os sindicatos, é possível diminuir a resistência dos trabalhadores contra a exploração da

força de trabalho. Os patrões tiraram proveito da situação de crise, que ocasionava um elevado número de desempregados, para culpar a rigidez do Estado keynesiano pela crise, iniciando assim o processo de flexibilização das legislações trabalhistas, permitindo a superexploração da força de trabalho. O trabalhador precisa se adequar às novas demandas, tornando-se flexível, pró ativo, polivalente, etc. Ou seja, no neoliberalismo, a qualificação já não é mais o fator determinante para garantir a empregabilidade, uma vez que o mercado exige habilidades pessoais que vão além da qualificação profissional.

Assim, no contexto da crise, o capitalismo precisou se reestruturar, e para isso foram necessárias transformações na economia, no Estado e na Educação. Neste contexto, para solucionar a crise, os economistas apostaram em profundas reformas tanto no modo de produção como nas forças produtivas. No modo de produção, o avanço das tecnologias aparece como a solução para a crise. Deste modo, ocorreu a modernização dos sistemas produtivos, buscando superar o modo de produção fordista, o que demandou um novo modelo de trabalhador. O trabalhador especializado, que executava somente uma única função, aos poucos foi sendo substituído pelo trabalhador qualificado, polivalente, capaz de dominar todas as etapas do processo produtivo. O próprio termo trabalhador, ou empregado, foi substituído pelo termo colaborador, atribuindo subjetivamente um maior grau de importância ao funcionário, o que na prática significa mais trabalho e menos salário.

Além disso, as indústrias modernizaram a produção, substituindo a mão de obra manual por robôs automatizados, capazes de executar as tarefas repetitivas antes realizadas por humanos. Assim, o trabalhador adequado à nova demanda do capital precisa ter as habilidades e competências necessárias para se inserir no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. E cabe à educação escolar formar esse novo trabalhador adequados às necessidades deste período histórico do capital. Portanto, a partir da flexibilização do mundo do trabalho, promovida pela reestruturação produtiva, a educação se tornou ainda mais importante para a reprodução da sociabilidade capitalista, uma vez que a mera qualificação não é mais condição suficiente para garantir a colocação do indivíduo no mercado de trabalho. No atual processo de acumulação do capital, o desemprego tende a ser cada vez mais constante, pois o capital produtivo é convertido em capital especulativo, ao mesmo tempo em que a modernização do setor produtivo substitui a mão de obra humana, reduzindo os postos de trabalho. Assim, é delegada a educação formar o cidadão adequado para conviver na sociabilidade do capital financeiro, onde imperam as liberdades individuais, e o empreendedorismo é uma condição essencial para os novos trabalhadores. Ora, se o aumento do desemprego formal é uma tendência, também é tendência o aumento do emprego informal, onde o trabalhador é obrigado a desenvolver funções individualizadas e cada vez mais precarizadas.

Aos trabalhadores que atuam no mercado formal, exigem-se outras habilidades e competências que vão além da qualificação profissional. Exige-se o trabalhador polivalente, proativo, com capacidade de liderança, com boa comunicação, com facilidade de trabalhar em equipe, etc. Consequentemente, o trabalhador que pretende se adequar ao novo mercado de trabalho formal deve investir na sua própria formação, uma vez que a competitividade e a individualidade é uma marca do capitalismo, ainda mais forte em sua fase especulativa. Com tantas exigências, o sistema educacional necessitou ser adequado para formar o trabalhador para o novo mercado de trabalho. É neste contexto que se destaca o ensino por habilidades e competências, que foram empurrados “goela abaixo” nos sistemas educacionais dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

A crise estrutural do capital se refletiu em todos os complexos sociais, uma vez que o trabalho, ato fundante da sociabilidade humana, sofreu modificações, não em sua estrutura, mas em sua forma de organização, pautada na flexibilidade. Como a educação é um complexo social fundado pelo trabalho, sofreu modificações de modo a atender as exigências da sociabilidade neoliberal. A intensificação do processo de globalização permitiu que as fábricas ganhassem caráter multinacional, se espalhando principalmente pelos países em desenvolvimento, que já dispunham de uma infraestrutura básica. Com o encarecimento da mão de obra nos países pioneiros na industrialização, ocorreu a migração gradual dos pólos produtivos dos países centrais para os países periféricos, pois o aumento dos lucros só se consegue a partir da extração incessante da mais valia.

As terceirizações baratearam os custos de produção, e a migração das indústrias para países pouco tradicionais, com leis trabalhistas mais brandas e forte exército industrial de reserva permitiu ao capital a retomada dos lucros. Os capitalistas, valendo-se da necessidade de crescimento econômico dos países em desenvolvimento, viram aí a possibilidade da resolução dos problemas da crise. Isso porque a competição internacional pela alocação das multinacionais em países periféricos rendeu ao setor empresarial bons incentivos fiscais, onde os governos oferecem condições favoráveis ao empresariado, como redução de impostos, doação de terrenos para a alocação das fábricas etc. Com isso, tornou-se mais vantajoso produzir fora das áreas tradicionais.

Nos países periféricos, os custos com a mão de obra são bastante reduzidos, uma vez que nesses países encontra-se um extenso exército industrial de reserva. Além disso, a valorização do dólar em relação às demais moedas, tornou essa situação ainda mais vantajosa. Em um cálculo simples, o salário mínimo no Brasil hoje varia em torno de 1.300 reais, ou seja, 260 dólares, considerando a cotação do dólar em cinco reais. As leis trabalhistas também são mais flexíveis e a classe trabalhadora menos organizada. Tal contexto social criou um terreno ideal para a extração impiedosa da mais valia, o que tornou possível a retomada do crescimento do capital.

Neste contexto, a educação é entendida como uma saída para a crise do capital, uma vez que para se extrair a mais valia dos proletários dos novos países industrializados é necessário educá-los. É nesta conjuntura que se fortalece a teoria do capital humano, que tem “como pressuposto a ideia de que possibilitar um aumento da instrução para a classe trabalhadora aumentaria em igual proporção a capacidade de produção” (FRERES; GOMES; BARBOSA, 2015 p. 72). Ou seja, para os defensores desta teoria, é necessário fornecer acesso à educação para a classe trabalhadora, com o objetivo de desenvolver suas capacidades produtivas. Portanto, com base no contexto da reestruturação produtiva, o capitalismo mundial vê a necessidade de garantir a educação nos países periféricos, que até então engatinhavam com seus sistemas educacionais.

Assim, o capital internacional passou a ocupar-se diretamente da educação nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Os organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a propor reformas educacionais que atendessem as necessidades de reprodução do capital, garantindo um domínio parcial da classe trabalhadora. Dentre as diversas tentativas de organizar um modelo de educação mais específico para o grupo de países periféricos, merece destaque a declaração mundial de educação para todos, que ocorreu em 1991, durante a conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, que teve como principal financiador o BM e contou com a participação de representantes de 155 países e 120 organizações não governamentais (MAIA FILHO, *et al.* 2015), que “comprometeram-se a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos (2000), fundamentados na ideia de que este nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem”. (RABELO; GIMENEZ; SEGUNDO, 2015 p. 13)

Esse foi o primeiro encontro de repercussão mundial sobre a educação, tendo como alvo a organização das políticas educacionais nos países periféricos. Ora, se a saída para a crise do capital seria a extração da mais valia nesses países, nada mais coerente do que qualificar minimamente os trabalhadores, para assim garantir a “empregabilidade”. Portanto, as soluções propostas durante esta conferência aplicam-se exclusivamente à educação nos novos países industrializados, alvos da expansão financeira global. A conferência destacou como principal medida a universalização do ensino básico, a fim de garantir a empregabilidade e reduzir as desigualdades sociais nesses países. Portanto, caberia ao Estado velar sobre a política educacional, contando com o apoio técnico e financeiro do BM e de outros organismos financeiros internacionais, como o FMI e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Obviamente, para contar com o apoio financeiro, a política educacional estaria subordinada às necessidades do capital, necessidades que seriam apontadas pelos órgãos assessores.

Investir no ensino básico, de acordo com o BM, é a condição essencial para garantir que os jovens consigam uma colocação no mercado de trabalho. Ora, entendendo que nos países periféricos não há necessidade de produção tecnológica, pois esta já é produzida nos países desenvolvidos, a mão de obra não deve possuir grande qualificação, apenas o essencial para garantir o capital humano.

Os discursos proferidos durante a conferência da Unesco são bastante atrativos, aparecendo com um ideal progressistas e uma preocupação com a educação. Libâneo (2012, p. 17) afirma que, “lido sem intenção crítica e sem a necessária contextualização, esse documento apresenta um conteúdo muito atraente, chegando a surpreender o leitor por suas intenções humanistas e democratizantes”. Porém, assim são os discursos da burguesia, desde a transição do feudalismo para o capitalismo até os dias atuais. As relações de domínio, na maioria das vezes ocorrem de maneira consensual, onde a classe expropriada aceita de bom grado se submeter a expropriação. Por isso, a burguesia sempre se manteve atenta à questão da educação, para mantê-la sob seu controle, o tanto quanto for possível.

A proposta da Unesco para a educação tem o objetivo de garantir o capital humano, essencial para a reprodução do sistema capitalista, ou seja, é o que “diversos pesquisadores chamaram de educação para a reestruturação capitalista, ou educação para a sociabilidade capitalista” (LIBÂNEO, 2012, p.20). Seria ilusório acreditar que o sistema capitalista iria propor qualquer medida, seja ela política ou econômica, que vá beneficiar exclusivamente a classe trabalhadora. A educação proposta pelo relatório da Unesco, na verdade é uma proposta de educação exclusiva para a classe trabalhadora dos países periféricos, com a finalidade de adequá-la às exigências do capital internacional.

Em 1996, como resultado da conferência de Jomtien, foi elaborado um relatório que visava orientar os países periféricos em relação à organização de seus sistemas de ensino. O relatório foi elaborado por uma comissão internacional, tendo à frente o francês Jacques Lucien Jean Delors. Por isso, o relatório resultado da conferência ficou conhecido como relatório de Jacques Delors. No aspecto pedagógico, a proposta de educação defendida pelo relatório traz o ensino organizado por habilidades e competências, em detrimento do conhecimento científico em si. Os quatro pilares da educação, definidos pela Unesco, afirmam que o ensino deve ocorrer com base nas habilidades do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a viver. Ou seja, a educação deve ter uma aplicabilidade na prática cotidiana, que se resume ao mercado de trabalho, bem como deve formar o indivíduo capaz de se adequar às novas exigências da sociabilidade capitalista.

A educação proposta pelos organismos internacionais, ao priorizar o ensino de habilidades e competências, buscam adequar a classe trabalhadora para o convívio na sociabilidade capitalista. A finalidade da atividade educativa deve ser a busca pela cidadania e pela democracia, sendo este o desafio a ser enfrentado pela educação nos países periféricos. Assim, o que está em jogo é “a

capacidade de cada um se comportar como verdadeiro cidadão, consciente das vantagens coletivas e sociais de participar na vida democrática. Trata-se de um desafio aos políticos, mas também, aos sistemas educativos, [...]” (DELORS, et al. 1998, p. 54). Ora, em uma sociedade onde o desemprego é crescente a nível mundial, resultado da modernização dos setores produtivos e do capital especulativo, afirma-se necessário desenvolver a cidadania, afirmando que a educação para a cidadania tem a capacidade de reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, a cidadania defendida pela Unesco é a subordinação do indivíduo às regras definidas pelo Estado.

O modelo de educação defendido pela Unesco traz os anseios da classe burguesa em relação ao complexo da educação. Educar para a prática da cidadania e da democracia nada mais é que uma forma de naturalizar a desigualdade social, desenhando-a como um fenômeno natural e não como um fenômeno social. Trata-se de uma maneira de adequar os indivíduos às exigências do capital. Isto significa que “por mais aperfeiçoada que seja a cidadania, ela jamais eliminará a desigualdade social, jamais permitirá aos indivíduos serem efetiva e plenamente livres” (TONET, 2016, p. 49). Educar para a cidadania é a saída para “docilizar” o indivíduo no seio da sociedade, uma vez que o cidadão toma a obediência às leis, elaboradas pelo Estado, como o objetivo a ser perseguido. Ser cidadão é “ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos [...] Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.” (PINSKI; PINSKI, 2003, p.09, *apud* TONET, 2022, p. 07). Portanto, a definição de cidadania diz respeito à igualdade perante a lei, ou seja, a garantia de direitos subjetivos. Em relação à materialidade, isto é, a apropriação da riqueza produzida pelo trabalho, essa igualdade em momento algum se expressa. Isto significa que educar para a cidadania, no atual contexto, se não necessariamente é de todo ruim, é insuficiente para que se possa reduzir as desigualdades sociais, conforme se afirma nos documentos da Unesco.

No relatório de Jacques Delors, culpa-se a educação, ou a ausência dela, pela pobreza nos países periféricos. Assim, os sistemas educativos nos países periféricos devem organizar-se com a finalidade de “formar os indivíduos para a cidadania, assegurar a transmissão de conhecimentos e de cultura entre gerações, desenvolver as aptidões pessoais. Têm ainda por missão formar as pessoas qualificadas de que as economias virão a ter necessidade no futuro” (DELORS, 1996 p. 180) Ora, ao afirmar que a pobreza nos países periféricos é culpa da educação, ou melhor, da ineficiência dela, os órgãos financeiros mundiais buscam esconder as reais causas da pobreza no mundo, que reside em todo o conjunto do modo de produção capitalista. Portanto, a burguesia usa a educação como forma de alienar a classe trabalhadora, no qual os discursos proclamados maquiavam as reais intenções. O fracasso da educação escolar, é na verdade o objetivo a ser alcançado na sociabilidade capitalista. Precisa-se de uma limitada quantidade de pessoas, que por esforço próprio consigam atingir um grau

de conhecimentos adequados, que ocuparão os cargos de chefia, enquanto para a maior parte da população dos países periféricos irá ocupar cargos operacionais, que necessitam de pouca capacidade intelectual. Entretanto, essas pessoas precisam ser educadas, a fim de atingir a cidadania, tão essencial para a propagação da sociabilidade capitalista.

A EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

1 O QUE VIRÁ DEPOIS DO CAPITALISMO?

Ao se conhecer as relações sociais que ocorrem no sistema capitalista de produção, é possível afirmar com precisão que é impossível a convivência pacífica entre trabalhadores e burgueses, uma vez que essas classes sociais têm necessidades totalmente opostas. O capitalismo só existe a partir da exploração do homem pelo homem, no qual a riqueza é produzida de maneira coletiva, porém apropriada de maneira individual. E para que o trabalhador aceite a condição de produzir riqueza sem se apropriar dela, é necessário que ele esteja em condições que beiram a miséria, mesmo assim acreditando que é livre para fazer suas escolhas. No contexto de expansão capitalista, a acumulação da riqueza tende a se tornar cada vez mais concentrada. Atualmente, 1% da população mais rica concentra dois terços da riqueza mundial, e a tendência é que a riqueza material se torne cada vez mais concentrada. É certo que a pobreza, o desemprego, a fome, a miséria são condições necessárias para a existência do capitalismo. Também é certo que a parcela mais rica da população jamais abrirá mão de seus privilégios em prol de uma sociabilidade pautada no bem estar da sociedade, uma vez que isso contraria a lógica da sociedade de classes.

Além dos impactos sociais, o capitalismo tem um impacto ambiental devastador. Nos últimos 200 anos, a poluição ambiental aumentou sem precedentes, levando o planeta à beira de um colapso. O capitalismo não se importa com preservação ambiental ou bem estar social, o objetivo principal é obter lucro a qualquer custo, mesmo que isso resulte na extinção da vida na terra.

A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas cada vez mais civilizadas de opressão, como afirmam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade. E a única forma de evitar esta barbárie é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar à crescente barbárie, afirma Marx, não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens. (LESSA; TONET, 2004, p. 07)

Portanto, diante da situação da classe trabalhadora, e principalmente diante da ameaça da extinção precoce da humanidade, se faz necessário pensar em uma sociedade para além das relações capitalistas de produção. Primeiro, entenda o leitor que o capitalismo encontrará seu fim, assim como aconteceu com o escravismo e o feudalismo. Os romanos jamais acreditaram no fim do império romano, mas ele ocorreu. O modo de produção feudal, que perdurou por quase treze séculos, mas também chegou ao seu fim. Portanto, a história mostra que os modos de produção não são eternos, pelo contrário, são transformados pela própria ação humana. E o fim do capitalismo é uma necessidade, sob a pena do perecimento de toda a humanidade.

Sabendo que o ser social é histórico e que faz sua história, mesmo em condições que lhe são alheias, é necessário a reflexão sobre qual forma de sociedade sucederá a sociabilidade capitalista. É fato que o capitalismo encontrará seu fim, assim como o escravismo e o feudalismo também, o encontraram. Todavia, é necessário que a superação do capitalismo ocorra antes de uma catástrofe global, para qual a sociedade se encaminha de maneira acelerada, que pode resultar na extinção da própria humanidade. Diante deste cenário, a reflexão sobre uma sociedade superior ao capital se faz necessária, e a teoria marxista traz importantes contribuições para essa reflexão.

Marx foi um revolucionário, ao superar o materialismo mecanicista e o idealismo, comprovando que a sociabilidade humana não é só ideia nem só matéria, pelo contrário, é a síntese dos dois que só pode ocorrer a partir do trabalho, sendo este o ato fundador da sociabilidade humana. “Para Marx, o mundo dos homens nem é pura idéia nem é só matéria, mas sim uma síntese de idéia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um momento ideal)” (LESSA; TONET, 2004, p.23).

Ao estudar o capitalismo, Marx nos mostra que a liberdade da classe trabalhadora jamais ocorrerá em meio a essa forma de sociabilidade, pois os princípios do capitalismo são antagônicos aos princípios da classe trabalhadora. Assim, só através da luta de classes que o proletariado pode enfrentar o capital, criando caminhos para a sua superação. Assim sendo, o objetivo da luta da classe trabalhadora, do ponto de vista da teoria marxiana, deve ser a criação de uma sociedade comunista, emancipada, superando a divisão entre as classes sociais. Este não é um conceito plenamente elaborado, mas é importante para nortear a luta pela superação do capitalismo. Conhecer o conceito da emancipação humana nos permite superar o pensamento reformista, da possibilidade de uma convivência em igual entre a classe trabalhadora e a burguesia no interior do capitalismo.

Devido as deturpações sofridas pelo conceito de comunismo no mundo pós-moderno, resultado das expressões do capital, do fracasso da experiência soviética e, mais atualmente, devido ao regime político adotado por China e Coreia do Norte, que se autodenominam comunistas, acreditamos ser de extrema necessidade discorrer sobre este tema, para que o leitor possa ter uma compreensão mais lúcida acerca da sociedade para além do capital, proposta por Marx.

Conforme já afirmamos, o capitalismo necessita de homens “livres” e com dinheiro, para que as mercadorias produzidas pelas fábricas burguesas encontrem compradores. O trabalho escravo não atende as necessidades do capital, uma vez que o escravo não participa do mercado consumidor. Além disso, o escravo era propriedade do seu senhor, que tinha a responsabilidade de alimentá-lo, e, de alguma maneira, zelar pela sua integridade, uma vez que perder um escravo significava um custo para o senhor. No capitalismo, a necessidade de cuidar do empregado é abolida. O patrão paga um pequeno

valor ao empregado, e este agora tem a “liberdade” de cuidar de si próprio, sem qualquer tutela. É dessa situação que decorre a ênfase dada pelos capitalistas à palavra liberdade.

Portanto, no capitalismo, o trabalhador vende sua força de trabalho, e recebe um pequeno valor por ela, ou seja, ele produz uma pequena riqueza para si, e todo o excedente vai para o proprietário dos meios de produção. Assim a exploração da força de trabalho resulta no mais valor, que é o tempo trabalhado pelo operário além do suficiente para garantir a sua sobrevivência. O capitalista só tem lucro se explorar o mais valor, por isso somos enfáticos quanto a afirmação que justiça social e capital estão em lados opostos, não é possível equidade social enquanto existir capitalismo. E com a modernização dos processos produtivos, cujas mercadorias são produzidas cada vez mais rapidamente, o tempo que o trabalhador leva para gerar a riqueza correspondente a geração do seu salário tende a diminuir, portanto, a extração da mais valia tende a aumentar progressivamente. Assim sendo, a riqueza tende a ficar cada vez mais concentrada nas mãos da classe dominante, enquanto para a classe proletária, o salário não aumenta nas mesmas proporções. Isso é determinante para acentuar a concentração de renda, características da acumulação capitalista.

Assim sendo, o capitalismo jamais permitirá a liberdade plena do ser social, uma vez que isto iria contra seus próprios princípios. A liberdade defendida pelo capital resume-se à liberdade que é definida pelo direito, braço derivado do Estado. Ou seja, a liberdade de compra e venda, a liberdade de celebrar contratos trabalhistas, a liberdade de escolher entre trabalhar por um baixo salário ou morrer de fome! O capitalismo reduz o ser social a ser individual, cujos laços de solidariedade são definidos apenas pela ideologia ou pelo direito. O indivíduo é compelido a tornar-se competitivo, individualista, entendendo que as desigualdades sociais são um bem necessário para a existência social. Além disso, transfere-se a responsabilidade das mazelas sociais ao pouco esforço do próprio indivíduo. Em outras palavras, a sociabilidade proposta pelo capital afirma erroneamente que só é pobre quem não se esforça para ser rico. Todos têm liberdade de escolha e oportunidades em comum, basta aproveitá-las.

Diante da sociabilidade capitalista, no qual a exploração do homem pelo homem tende a aprofundar cada vez mais o abismo social entre as classes, de acordo com a teoria marxista, é necessário uma nova forma de sociabilidade, que busque romper com as mazelas causadas pelo capitalismo. Entendendo que o trabalho é o ato que funda a sociabilidade humana, a passagem de um modo de produção para outro se dá, principalmente, pelas mudanças nas relações de trabalho que ocorrem no cerne do ser social. Portanto, para a superação do capitalismo, seria necessário a superação da relação de trabalho pautada na exploração do homem pelo homem, que seria substituída pelo trabalho associado, que pode ser entendido como:

[...] aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detém o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a sua produção, passando pela distribuição até o consumo. Por isso mesmo, dele estão ausentes tanto a sujeição do homem à natureza (embora esta sujeição nunca possa ser inteiramente eliminada), quanto a exploração e a sujeição dos homens uns aos outros (estas sim, passíveis de completa eliminação). Deste modo [...] o trabalho associado não é um simples trabalho coletivo ou cooperativo, mas um tipo de trabalho que vai muito além desses aspectos. (TONET, 2005, p.83/84)

Ou seja, no trabalho associado, as objetivações não são mais propriedade individual, particular, mas sim objetivações sociais. Nesse processo, os trabalhadores agiriam de maneira consciente da finalidade das objetivações, bem como teriam todo o controle sobre o conjunto do processo produtivo, desde a fabricação, passando pela distribuição até chegar ao consumo. Assim sendo, o trabalho teria a finalidade de sanar as necessidades sociais, não mais as necessidades do capitalismo. Consequentemente, essa forma de sociabilidade possibilitaria o fim da exploração do homem pelo homem, uma vez que o trabalho seria distribuído de maneira igualitária entre todos os membros partícipes da sociedade. E com a abolição da propriedade privada dos meios de produção e, consequentemente, da exploração do homem pelo homem seria abolida também as classes sociais.

Assim sendo, no momento em que o ser social alcance este estágio de sociabilidade, teríamos uma sociedade comunista, onde tudo é de todos e nada é de ninguém. Ou seja, tanto o trabalho como as objetivações resultadas do trabalho se darão de maneira coletiva, com o objetivo principal de atender as necessidades de desenvolvimento do gênero humano como um todo, não mais de um grupo específico. Assim, buscaria-se substituir o egoísmo e individualismo característico do capitalismo pela solidariedade e coletividade. A partir do momento que o homem não explorar o seu semelhante, em que a apropriação da riqueza, resultado do trabalho, se dê de maneira igualitária, quando a propriedade privada dos meios de produção for abolida, e quando o ser social trabalhar para suprir as necessidades de sobrevivência da sociedade, teríamos sim a liberdade plena, ou seja, a emancipação humana.

A este respeito, Tonet (2005, p.123) complementando as colocações de Marx, afirma que:

É nesta forma de sociabilidade, fundada no trabalho associado, que o indivíduo pode desenvolver-se plenamente como um indivíduo diretamente social. E este desenvolvimento pleno é possibilitado pela abundância da riqueza produzida pelo trabalho, que também é a base para a apropriação coletiva desta riqueza; pela diminuição do tempo de trabalho necessário e o consequente aumento do tempo livre e pelo controle consciente e coletivo de todo o processo social.

É impossível definir detalhadamente como seria esse tipo de sociabilidade, muito menos se esta é realmente a sociedade ideal para a classe trabalhadora, isso a história nos mostrará. Entretanto, a análise do capitalismo nos mostra a necessidade de sua superação, que irá ocorrer ao longo da

história humana, mesmo que seu fim esteja associado ao fim da humanidade. Por isso, é necessário que a classe trabalhadora tenha conhecimento dessa realidade, para que a transição do capitalismo para outra forma de sociabilidade ocorra sob a hegemonia da classe operária. É claro que essa transição não se dará de maneira imediata, muito menos espontânea. Assim como ocorreu nos estágios anteriores, a transição para um outro estágio de sociabilidade ocorrerá sob sérios sacrifícios, principalmente das classes subordinadas. Entretanto, diferente do escravismo e do feudalismo, neste momento histórico, a humanidade possui riqueza material e espiritual suficiente para subsidiar a construção de uma sociedade pautada nos ideais de coletividade, ou seja, no comunismo.

Portanto, a emancipação do ser social, que na atual fase do desenvolvimento das forças produtivas aparece, à primeira vista, como um ideal difícil de ser alcançado, é, na verdade, uma possibilidade objetivamente atingível. “Todo pôr teleológico é uma escolha, conscientemente efetuada pelo sujeito da práxis, entre duas (ou mais) possibilidades e a consequente realização prática, assim determinada, da possibilidade escolhida”. (LUKÁCS, 2010, p. 209). Isto significa que o capitalismo não é a única escolha possível, embora seja a predominante no momento histórico atual. Portanto, é possível, e principalmente, é necessário buscar uma nova forma de sociabilidade.

Independente de concordância ou não com o comunismo, é fato que a sociabilidade capitalista caminha para uma catástrofe global. o fetichismo da mercadoria eleva tudo ao valor de troca, mesmo que seja essencial para a vida humana, sendo as objetivações do trabalho apenas mais uma mercadoria, que deve ser usada em benefício da acumulação de capital. O capitalismo é incontrolável, e seus próprios apologistas já acreditam que essa sociabilidade resultará em uma catástrofe global. Portanto, não basta reformar o capital, a via reformista já se mostrou falha. O capital é incontrolável e só conhecerá seu limite com o fim da humanidade, que resultará em seu próprio fim. Portanto, a história nos mostra que os modos de produção podem ser superados, e que a cada crise a classe trabalhadora tem a possibilidade de impor seus ideais. E a educação, embora não seja suficiente para ocasionar a superação do capitalismo, pode se converter em uma mediação essencial para que isso ocorra.

2 OS LIMITES DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

Até aqui entendemos que a educação está associada a reprodução da sociedade, uma vez que sua função ontológica é repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade para as futuras gerações, permitindo que, ao se apropriar dos saberes existentes, as novas gerações produzam conhecimentos novos, o que permite a evolução para estágios mais avançados de sociabilidade. Entretanto, a partir do surgimento da propriedade privada e do Estado, que dividiu o homem em classes sociais, a classe dominante mantém a educação sob sua tutela, com o objetivo de se manter

como classe dominante, ou seja, a sociedade de classes inviabiliza a capacidade da educação em promover qualquer alteração radical na sociedade. Embora a educação consiga modificar os indivíduos, inclusive promovendo, em alguns casos, uma maior aquisição de poder material, não é condição suficiente para alterar toda a sociedade.

Isto significa que uma educação capaz de formar o homem em toda sua capacidade não é possível na sociedade de classe, uma vez que os conhecimentos que chegarão à classe dominada sempre estarão subsumidos aos interesses da classe dominante. No caso da sociedade capitalista, é de interesse da classe dominante que a educação atue na formação da mão de obra necessária para o funcionamento do sistema capitalista. O complexo da educação é ontologicamente ligado ao trabalho, portanto, uma mudança radical neste complexo, só pode ser o resultado, e não a causa das mudanças ocorridas no trabalho. É preciso ter em mente que a educação sempre estará atrelada a sua função ontológica de reprodução social, portanto, refletirá o momento em que a sociedade se encontra. Em uma sociedade capitalista, a educação acaba por refletir, devido às condições que lhes são impostas, o modo de sociabilidade capitalista.

Em outras palavras, só será possível desenvolver, através da educação, o gênero humano em todas as suas potencialidades, em uma outra sociabilidade, que não o capitalismo. Ora, a educação é um complexo que se origina do trabalho, e somente através da mudança nas relações de trabalho é que podem ocorrer mudanças radicais na educação. Isto significa que, diante do curso do capitalismo:

Pretender, pois, organizar o processo educacional, no seu conjunto, de modo a favorecer os interesses da classe trabalhadora, é uma empresa fadada, de antemão, ao fracasso. A condição ineliminável para isso seria a completa destruição do capital e do Estado, pois, como vimos, são eles que garantem, cada um a seu modo, mas articuladamente, que a educação seja organizada em função dos interesses da burguesia. Isto, por sua vez, implicaria uma revolução que destruísse a própria classe trabalhadora como classe! (TONET, 2016, p.146)

Todavia, explorando as contradições inerentes ao sistema capitalista, é possível organizar ações que possibilitem a contribuição com a luta da classe trabalhadora através do campo educacional. Reconhecer a limitação da educação na busca pelo socialismo não significa abandonar a luta por intermédio deste complexo social. Pelo contrário, no complexo da educação, coexistem, ao mesmo tempo, o caráter alienante e de superação da alienação (TONET, 2015). Alienante porque através da educação, a classe dominante consegue propagar seu modo de sociabilidade, ao ocultar os conhecimentos e conteúdos que não lhes são favoráveis. Por outro lado, a educação, ao comprometer-se com a verdade, é capaz de superar a alienação promovida pela classe dominante. Ao apropriar-se da riqueza espiritual, o ser social amplia seus horizontes de possibilidades, o que lhe permite, através do conhecimento da realidade, fazer escolhas conscientes. E o conhecimento histórico da realidade social evidencia a necessidade de uma transformação radical na atual forma de sociabilidade.

A educação atua na consciência, na relação entre um sujeito e um objeto, que também é sujeito, ou seja, ela não produz riqueza material, embora seja necessária para a produção da materialidade, portanto, pode ser compreendida como a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Isto significa que, a educação tem o papel de contribuir com a reprodução do ser social, uma vez que as condições biológicas herdadas não são suficientes para que o homem se torne homem. O homem é ensinado, através da atividade educativa, a ser homem. Portanto, a educação está ligada ontologicamente a reprodução da sociedade, e não necessariamente a sua transformação. Esta é sua limitação ontológica.

No sistema capitalista, a educação escolar é destinada a atender os interesses do capital. Embora existam espaço para contradições, a burguesia é a classe que mais se aproxima de exercer o controle da educação formal. Portanto, esta classe irá usar a educação na busca por perpetuar sua sociabilidade, permitindo que a classe trabalhadora se aproprie apenas de conhecimentos parciais, que não ameacem a hegemonia burguesa. Mesmo que ocorram embates entre burguesia e proletariado no campo da educação, é a burguesia que, ao final, sobrepõe os seus interesses. Isso se deve ao fato de que, compete ao Estado, organizar a política educacional, e conforme já debatido em capítulos anteriores, o Estado está subordinado à burguesia.

A origem ontológica do Estado remete ao surgimento da propriedade privada, onde a classe dominante necessitava de uma instituição que a protegesse da fúria da classe dominada, a fim de evitar que esses conflitos atingissem patamares irreversíveis. Consequentemente, quando a burguesia consegue o domínio do poder material, consegue também sua emancipação política, que se dá através da intervenção do Estado. Deste modo, mesmo que a representação do Estado se dê por meio consensual ou da repressão, estará sempre a serviço das forças econômicas dominantes.

Na sociedade capitalista, o trabalho, que é o fundamento ontológico da sociabilidade humana, encontra-se alienado ao capital. O trabalho é chamado a atender não mais a reprodução de toda a sociedade, mas sim de uma classe social específica. Assim sendo, os demais complexos sociais originados do trabalho tendem a refletir esta condição alienante, uma vez que ela é imperiosa sobre a sociabilidade do capital. As dificuldades perpassadas pelo ambiente educacional nada mais são que os reflexos da organização da sociedade através do trabalho alienado, que reproduz ferozmente as desigualdades sociais. Neste sentido, uma luta por uma educação de qualidade para a classe trabalhadora só faz sentido se vier acompanhada da luta contra o capital. A essência do capitalismo é o trabalho alienado, resultante da exploração do homem pelo homem, cujas consequências se evidenciam nas desigualdades econômicas cada vez maiores. E as consequências do trabalho alienado se espalham por todos os complexos sociais que dele são resultantes.

Tendo plena consciência dos limites insuperáveis da educação na busca pela construção de uma sociedade superior ao capitalismo, acreditamos que a educação, se não é capaz de transformar radicalmente a sociedade em benefício da classe trabalhadora, nela residem mediações capazes de **resistir** ao domínio do capital, até que as condições materiais e espirituais permitam uma revolução que vise atender aos interesses da classe trabalhadora. Por resistência, entendemos todo o embate da *práxis* educativa que vise o enfrentamento das condições impostas pelo capital. Significa o ato de não aceitar a subalternidade ao capital, reconhecendo os limites da nossa luta. Temos consciência que a luta pela resistência ao capitalismo, na tentativa de evitar um naufrágio do ideal socialista entre a classe trabalhadora, mesmo que ela tivesse todos os resultados esperados, seria suficiente talvez para somente arranhar a estrutura do capital. Entretanto, acreditamos que, considerando a realidade da educação básica, resistir a hegemonia do capital na educação já é de grande contribuição para a luta da classe trabalhadora. Resistir à hegemonia capitalista é o limite insuperável da educação na luta pela emancipação humana.

Portanto, acreditamos que, neste contexto histórico, se a educação não tem a possibilidade de modificar radicalmente a sociedade, através dela é possível resistir à hegemonia do capital, até o momento que as condições materiais da classe trabalhadora permitam uma revolução. No atual momento contra revolucionário, no qual os complexos sociais aparecem quase totalmente subordinados ao capital, acreditamos que resistir ao domínio do capital seja uma necessidade imediata, até o momento em que as condições materiais da classe trabalhadora permitam avançar para uma nova sociabilidade. Assim sendo, definindo como objetivo principal da atividade educativa a busca por contribuir com a luta da classe trabalhadora contra o capital, acreditamos que desenvolver atividades educativas que colaborem com a resistência ao capitalismo, mesmo que seja um pequeno passo diante da imensidão da problemática, é o limite insuperável da educação escolar neste contexto histórico.

3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A educação, no seu devir ontológico, é chamada a atender uma necessidade de reprodução social que não pode ser atendida pelo trabalho, ou seja, cabe a educação transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade para as gerações futuras, permitindo que as novas gerações tenham a possibilidade de, ao se apropriar dos conhecimentos existentes, produzir conhecimentos radicalmente novos. O ato de produzir conhecimentos radicalmente novos permitiu à humanidade romper o ciclo ontológico da esfera orgânica, tornando-se ser social. Sem a transmissão dos conhecimentos acumulados, as novas gerações sempre partiriam do zero, impossibilitando, ou pelo menos dificultando a produção da riqueza material. Portanto, a natureza da educação “consiste em propiciar

ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade”.(TONET, 2005, p. 142)

Retornaremos aqui à situação descrita no primeiro capítulo deste estudo, onde o homem, a partir de sua necessidade de pescar além da correnteza, inventou a canoa. Até que o homem descobrisse qual a melhor madeira para esculpir sua canoa e qual material seria necessário para realizar mais precisamente esta tarefa, foi necessário tempo e dedicação para adquirir esses conhecimentos. Agora imagine que o inventor da canoa, por algum motivo, mantivesse esses conhecimentos em segredo. Após sua morte, os membros da comunidade que o sucederem, provavelmente precisariam passar por todo o processo novamente, através de experimentos que já foram realizados, porém não apropriados pela sociedade, descobrir novamente qual a melhor tronco, qual a melhor ferramenta para esculpir a madeira etc. o que dificultaria a evolução para um novo estágio.

Aqui reside a natureza específica da educação, a de repassar estes conhecimentos acumulados, permitindo à sociedade, ao contrário dos demais seres biológicos, produzir sempre o novo. Acreditando que, quem inventou a canoa, a partir de um tronco de árvore, através de atividades educativas, repassou os conhecimentos para as gerações posteriores, permitiu que a cada nova geração a canoa fosse sendo aperfeiçoada através de novas técnicas de construção, até chegar aos navios transatlânticos que temos na atualidade. Esse repassar os conhecimentos, não diz respeito só a produção material, mas também a riqueza espiritual. Assim sendo, a educação é o processo que ocorre no cerne do ser social, cuja função é transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade, decantados ao longo da história humana. Assim, contribui com a reprodução do ser social, pois, “ao efetivar a apropriação dos elementos constituintes da sociabilidade, também concorre para o recuo dos limites naturais, possibilitando o desenvolvimento das funções especificamente humanas e a subsunção dos aspectos biológicos”. (LIMA; GIMENEZ, 2011, p. 85)

Por esse motivo, o complexo da educação não se resume somente à transmissão de conhecimentos, mas também de comportamentos, ações etc. que fazem parte da sociabilidade humana, e, portanto, precisam ser reproduzidos. Todavia, a natureza essencial da educação é a transmissão do saber acumulado, esta é sua origem ontológica. Assim sendo, o ato de ensinar não se reduz a transmissão de conhecimento, mas todo ato de ensinar é um ato educativo. Ou seja, para que haja educação, é essencial que ocorra a transmissão do saber. A educação, assim como o trabalho, se complexifica de acordo com a evolução da sociabilidade, porém, sempre mantendo sua função ontológica.

Devido a complexidade alcançada pelo ser social, a educação pode ser organizada em sentido *lato* e restrito. Embora não exista uma linha divisória entre essas duas modalidades, é necessário que se defina a fim de evitar erros de interpretação. Poderíamos afirmar, embora incorrendo no risco de parecer superficial, que a educação em sentido *lato*, ou seja, universal, é a educação que ocorre ao longo da vida do homem, que pode ou não ser sistematizada. Assim, a educação em sentido *lato* nunca estará completa, pois, ao produzir sempre o novo, o ser social se deparará com situações imprevisíveis, e precisará aprender a lidar com elas. Lessa (2017, p. 94) afirma que ao longo de sua vida, o ser social, “a depender das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou”. É neste contexto que a educação adquire um caráter universal, mantendo uma relação de interdependência com outros complexos sociais.

A educação no sentido estrito é a educação sistematizada, direcionada para atingir uma finalidade específica, que geralmente ocorre em ambientes formais de aprendizagem, e na sociedade atual corresponde à escola e aos demais espaços de aprendizagem que estão sob a jurisdição do Estado. Assim, é a forma de educação que atende a um direcionamento específico, e que foi apropriada pela sociedade de classes. Neste contexto, a educação em sentido restrito tem sua gênese a partir da necessidade do homem em sistematizar o conhecimento e direcioná-lo para um fim. A partir do surgimento das profissões e da divisão do trabalho, fez-se necessário uma educação específica para cada finalidade. Ora, “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas”. (LUKÁCS, 2013, p. 177). Isto significa que a educação em sentido estrito é uma imperiosa necessidade do ser social, que permite o salto para formas de sociabilidade cada vez mais complexas. Entretanto, quando entra em cena a propriedade privada, a educação em sentido estrito também é privatizada, ou seja, organiza em sua forma e conteúdo visando a atender as necessidades da classe dominante.

Por consequência, a educação em sentido estrito, principalmente na sociedade de classes, está associada a atender a necessidade de um grupo específico de indivíduos, ou seja, atende a interesses particulares e não mais universais. Portanto, em qualquer sociabilidade, incluindo a do capital, as atividades educativas não se resumem somente a escola, pelo contrário, as atividades educativas são desenvolvidas em outros espaços de sociabilidade, como família, igreja, etc. Entretanto, nosso objeto de estudo refere-se à educação escolar, ou seja, a educação formal, onde ocorre a educação em sua forma restrita. Embora a educação restrita não se restrinja ao ambiente escolar, este é o ambiente mais acessível à classe trabalhadora. Ora, se a educação acessível a classe trabalhadora é a educação escolar, e se pretendemos contribuir com a luta desta classe trabalhadora, é essencial que possamos

analisar as contribuições do complexo da educação a partir do ambiente escolar. Se a educação em sentido restrito, aplicada à classe trabalhadora, é uma contradição do capitalismo, nesta contradição residem mediações capazes de subsidiar a luta e a resistência ao capital. Por resistência entendemos a *práxis* educativa que visa o enfrentamento da hegemonia do capital, e que possam colaborar, de alguma maneira, com a sua superação, mesmo diante das limitações ontológicas.

Para Lessa (2017, p. 150), “a educação se impõe, necessariamente, como um complexo social dependente e como uma mediação ineliminável da reprodutividade social. Em qualquer que seja a forma de sociabilidade erguida pelos homens, essa sua função social será sempre exercida”. Ou seja, educação em qualquer sociabilidade, incluindo a do capital, mantém sua função ontológica de transmissão de saber acumulado, de acordo com as necessidades da sociedade em questão, cumprindo a função de reprodução da sociedade. Portanto, devido a sua limitação ontológica, as atividades educativas acabam por contribuir com a continuidade do capital, mesmo que não intencionalmente. Portanto, propor uma pedagogia que vise a superação do capital dentro do sistema sociometabólico do capital, mesmo que totalmente alicerçada no marxismo, é uma tarefa impossível.

Entretanto, a educação, embora possua relação de dependência com o trabalho, também goza de uma autonomia relativa, uma vez que é chamada a atender uma demanda no ser social que não é atendida pelo trabalho. Concomitantemente, o capitalismo é erguido sobre contradições, que perpassam por todos os complexos sociais, inclusive a educação, no qual, ao explorar essas contradições, existe a possibilidade de se organizar a luta pela resistência à sua hegemonia. Isto significa que o campo marxista não deve abandonar a luta pela emancipação humana através da educação. Cada indivíduo, comprometido com a perpetuação do gênero humano, pode buscar maneiras de contribuir, do modo que lhe for possibilitado, com a superação da ordem do capital. Esta é uma necessidade imperiosa para a continuidade da própria humanidade, uma vez que o capitalismo caminha para a destruição da vida no planeta. Portanto, diante dos limites impostos à educação e aos educadores, se faz necessário refletir sobre as possibilidades de contribuição da educação escolar com a luta pela resistência à hegemonia do capital.

Na busca por resistir ao domínio do capital, até que as condições materiais e espirituais sejam suficientes para se buscar uma ruptura com a sociabilidade capitalista, acreditamos que, na conjuntura social por vezes descrita, a forma mais viável da educação escolar contribuir, pelo menos de maneira imediata, com a resistência ao capitalismo, é resgatar a função primordial da escola, a de transmitir o conhecimento acumulado e decantado pela humanidade ao longo de toda sua história.

Ao se apropriar do poder material e político, a burguesia buscou também se apropriar da educação, a fim de limitar o acesso ao saber proporcionado às classes subalternas. Se a educação da classe trabalhadora é uma contraditória necessidade para a perpetuação do capital, a burguesia busca

ocupar esses espaços de contradição, principalmente neste momento de crise estrutural do capitalismo. Conforme já debatido, a tendência educacional disseminada pela burguesia pauta-se nas teorias construtivistas, que relativizam o saber, ao mesmo tempo em que propõem uma educação por habilidades e competências, renegando o acesso da classe trabalhadora ao saber sistematizado historicamente.

A vulgarização do conhecimento, marca do atual estágio de sociabilidade burguesa, é refletida nas tendências educacionais construtivistas, no qual o saber elaborado através da evolução da sociedade perde importância para o saber construído pelos alunos. Ou seja, tais teorias afirmam que o indivíduo é responsável pela construção de seu próprio conhecimento, e que o conhecimento adquire um significado diferente para cada indivíduo, tornando o conhecimento relativo. São as teorias construtivistas, com destaque para a pedagogia do aprender a aprender, que embasam a concepção de educação proposta pela Unesco, no qual preza-se principalmente pelo ensino de habilidades e competências, que possam ser úteis ao mercado de trabalho. Como consequência, no caso específico do cenário brasileiro, o saber sistematizado, que se reflete nos conteúdos ensinados em sala de aula, vem aos poucos sendo relativizado, focando-se mais em desenvolver habilidades e competências, em detrimento do conhecimento científico.

Deixando clara as nossas pretensões de resistir ao capitalismo, que se devem as limitações da educação, tanto devido a sua especificidade ontológica quanto às dificuldades impostas pelo capital na atual conjuntura, acreditamos ser possível, através da transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade, contribuir com a luta da classe trabalhadora, uma vez que o acesso ao saber sistematizado proporciona ao indivíduo a capacidade de conhecer os processos que levaram a humanidade a configuração atual. E o conhecimento desses processos leva ao entendimento de que lutar contra o capital é uma necessidade vital para a humanidade, pois as relações capitalistas de produção caminham para a destruição da vida no planeta.

Obviamente, os conhecimentos serem repassados por educadores que assim como nós, tem a pretensão de contribuir com a resistência ao capitalismo, não podem ser simplesmente conhecimentos vulgares. É necessário que o professor comprometido com a luta social tenha domínio sobre o conteúdo a ser ensinado, que precisam ser articulados do ponto de vista da classe trabalhadora. Tonet (2016) afirma que, além de promover o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, a escola deve também buscar esse conhecimento do ponto de vista da classe trabalhadora, para permitir a aquisição de um conhecimento revolucionário.

Embora com contradições teóricas, cuja análise aprofundada não será o objetivo deste estudo, o resgate da função clássica da escola tem sido amplamente defendido por Demerval Saviani, em sua pedagogia histórico crítica. O autor prega a necessidade de uma pedagogia crítica, que possa ser usada

contra o domínio do capital, afirmando que um modelo de educação que suprime os conhecimentos científicos em detrimento da convivência e das habilidades e competências, atende aos interesses dominantes. De acordo com a pedagogia histórico crítica, “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 1999, p.66). Ou seja, é preciso que a classe dominada tenha acesso ao saber sistematizado pela humanidade, para que possa avançar para um estágio superior.

Prosseguindo com os fundamentos da pedagogia histórico crítica, ao reconhecer a educação como um produto histórico, criada pela ação humana, portanto passível de modificação a partir da ação do próprio homem, esta teoria busca maneiras de articular a escola, do ponto de vista dos interesses das classes dominadas. Assim sendo, de acordo com o autor, é possível explorar a categoria da contradição presente no ambiente escolar, no qual, ao mesmo tempo em que a educação é uma necessidade do capital, ela também pode ser uma ferramenta de luta contra o capital.

Com efeito, a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional. Aí está o sentido fundamental do que chamamos de pedagogia histórico crítica. (SAVIANI, 2011a, p. 86)

Em suas obras, Saviani critica as teorias construtivistas, em especial a pedagogia nova, uma vez que esse é o modelo pedagógico adotado e promovido pelos teóricos do capitalismo. Tal modelo educacional se reflete no relatório de Jacques Delors, no qual preza pelo aprender a aprender, secundarizando inclusive o papel do professor. Saviani (1999) afirma que as teorias reformistas, com destaque para a escola nova, trazem consigo o ideal burguês, uma vez que estas teorias desconsideram a ação do capital sobre a educação, entendendo-a como um complexo social a parte, que sozinho conseguiria resolver todos os problemas da sociedade. Assim, a chave para o fim da marginalidade, de acordo com a escola nova, estaria em educar os indivíduos. Entretanto, o educar para estas teorias reside em adequar o indivíduo para o convívio na sociedade capitalista, onde o ideal a ser alcançado é a cidadania do ponto de vista burguês.

Assim sendo, o autor acredita que a substituição do ensino dos conteúdos por habilidades e competências atende a necessidade de reprodução da sociabilidade capitalista, uma vez que limita o acesso da classe trabalhadora ao saber sistematizado pela sociedade. É delegada à escola a função de docilizar o filho da classe trabalhadora, para que este se adeque ao mercado de trabalho cada vez mais fluído, onde a qualificação técnica não é mais suficiente para garantir a empregabilidade. Portanto, a educação, do ponto de vista da burguesia, necessita educar por habilidades e competências, pois possibilita ao educando tornar-se um trabalhador flexível, adequado às exigências do capital. Ao

limitar o acesso ao saber, a classe trabalhadora passa a naturalizar as desigualdades sociais, acreditando na imutabilidade, ou no máximo, na reforma do capitalismo.

Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (SAVIANI, 1999, p.66)

Ao formular a pedagogia histórico crítica, Saviani toca em um ponto bastante sensível, quando nos referimos ao caso específico do Brasil, que é justamente a incapacidade da educação escolar de cumprir a função clássica da escola, ou seja, propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, entre outros, que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade. Na atual conjuntura, os conhecimentos sistematizados não chegam de maneira satisfatória aos filhos da classe trabalhadora, isso porque o acesso ao saber é dificultado pelo contexto imposto pelo capital. Por exemplo, as mediações que são oferecidas para que ocorra o ensino e aprendizado nas escolas são mínimas, o que permite uma aquisição mínima de saber.

Embora não seja condição suficiente para a libertação do homem, conforme afirma Saviani, o acesso ao conhecimento sistematizado é de grande relevância, uma vez que é capaz de expandir os horizontes do indivíduo, tornando-o capaz de tomar decisões com base na razão e no conhecimento científico, superando a visão empírica, baseada em tradições populares ou religiosas. Nos últimos anos, nosso país esteve, ou ainda está, mergulhado em uma onda de negacionismo, onde estudantes afirmam nas escolas que a terra é plana, que as vacinas são formas do governo controlar a mente da população, entre tantas outras afirmações que tem como base preceitos religiosos. Neste contexto de verdades paralelas, acreditamos ser de extrema importância a retomada dos elementos clássicos da escola, o de repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade para gerações futuras.

Ou seja, ainda que a escola e a política educacional sejam subordinadas ao capital, a partir da análise crítica dos conteúdos, existe a possibilidade de formar a consciência crítica nos filhos da classe trabalhadora. Através dos conteúdos ministrados, é possível que o aluno, assim como o professor, reconheça-se, primeiramente, como pertencentes a classe trabalhadora, que encontra-se expropriada pela classe dominante. Também é possível refletir sobre as possibilidades da luta de classes, que até agora se apresenta como o único caminho viável para a emancipação da classe trabalhadora. Ora, o papel primordial da escola é a transmissão de conhecimentos, todo o aparato escolar gira em torno

desta prática, não sendo possível romper com esta estrutura. Na atual conjuntura é impossível pensar em qualquer outro tipo de escola que não esteja atrelada a transmissão de conteúdos. Nenhum professor é capaz de passar o ano letivo sem trabalhar conteúdos, e mesmo quando os professores desenvolvem outras atividades, que vão além do ensino em sala de aula, elas são secundárias e não a função principal da escola. Portanto, essa é a função delegada à escola, e esta é a sua limitação ontológica. Diante desta conjuntura, a transmissão de conteúdos, desde que articuladas do ponto de vista da classe trabalhadora, é o limite alcançado pela educação escolar em contribuir com a luta de classes.

Independente da concordância com a pedagogia histórico crítica, as contribuições de Saviani não podem e nem devem ser desconsideradas por professores que buscam contribuir com os fundamentos de uma educação crítica, capaz de ser usada como ferramenta contra o capital. Se a revolução, do ponto de vista do marxismo, que significa a transição do capitalismo para o comunismo, não virá através da educação, tampouco a ignorância será o caminho a ser trilhado. No caso brasileiro, o acesso ao saber sistematizado, que ocorre através da educação formal, embora não signifique uma revolução, significa um grande avanço na educação dos filhos da classe trabalhadora. Estamos longe de alcançar o patamar dos países mais desenvolvidos, tanto em relação às riquezas materiais como às riquezas espirituais. De acordo com os dados divulgados pelo Programa internacional de avaliação de estudantes (PISA), aproximadamente 31,8% dos estudantes brasileiros, ou seja, menos de um terço, alcançaram o nível desejado, ou acima, em Matemática. Em português, embora o quadro de habilidades seja diferente, 48,2% estão no nível aceitável ou acima dele (BRASIL, 2018), o que significa que, menos da metade dos estudantes brasileiros domina os conhecimentos básicos de leitura e escrita.

Com base nos dados do relatório, mais da metade dos estudantes brasileiros não conseguem assimilar os conteúdos básicos, uma vez que leitura e escrita são essenciais para o entendimento de qualquer disciplina. Ou seja, se a função da escola é a transmissão e assimilação do saber sistematizado, esta função não se desempenha de maneira desejável. Neste contexto histórico, a educação e os educadores são compelidos a reproduzir as necessidades do capital. As reformas educacionais que ocorreram nos últimos anos, financiadas por organismos financeiros internacionais, buscam dificultar o acesso da classe trabalhadora ao que há de melhor no patrimônio acumulado pela humanidade, ao mesmo tempo em que a própria classe trabalhadora cria empecilhos à sua educação. Isto significa que, considerando as condições impostas pelo atual estágio de sociabilidade, repassar os conhecimentos sistematizados, acumulados e decantados pela humanidade no decorrer de seu processo histórico, se não significa uma revolução, significa um grande passo na busca por contribuir com a luta da classe trabalhadora.

Acreditamos que os educadores comprometidos com a luta da classe trabalhadora têm um papel crucial neste processo de resistência. Caso contrário, ser professor e ser marxista seria um antagonismo irreconciliável. E através dos conteúdos historicamente sistematizados e articulados do ponto de vista da classe trabalhadora, no qual a ontologia marxiana traz grandes contribuições, existe na educação a capacidade de mostrar aos filhos da classe trabalhadora a possibilidade de uma outra sociabilidade, pautada nos princípios da liberdade e da coletividade. Isto parece pequeno diante da imensidão do problema, e de fato o é. Somente mostrar a possibilidade da existência de tal fato ou situação não é condição necessária para que tal situação realmente se efetive. Entretanto, diante da realidade vivida por educadores e educandos em nosso país, mostrar que é possível uma outra forma de sociabilidade, já é tarefa deveras grandiosa.

Assim sendo, a transmissão do saber que ocorre na escola deve ser articulado com a realidade social, de modo a permitir aos educandos entender-se como integrantes de uma sociedade de classes, no qual a classe trabalhadora tudo produz, mas de pouco se apropria. Ao explorar a autonomia da educação em relação ao complexo do trabalho, que resulta nos antagonismos que perpassam a educação, é possível, mesmo que de maneira limitada, proporcionar à classe trabalhadora um conhecimento revolucionário. Um conhecimento questionador, que vá a fundo em sua ontologia, que possa mostrar que a sociedade é fruto da ação do próprio homem, e não de forças transcendentais.

Se na sociedade regida pelo capital, é designada à escola a função de induzir a sociedade a um conformismo generalizado, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. Ou seja, cabe à escola promover uma *internalização* dos preceitos da sociabilidade do capital. De modo geral, as atividades desenvolvidas na escola têm a função de preparar o indivíduo para a convivência na sociabilidade do capital. Neste contexto faz-se necessário um movimento *contrainternalizante*, ou seja, a internalização dos preceitos de uma sociedade comunista, organizado de forma que não se esgote na negação, mas que também não caia no idealismo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 55, grifos nossos)

Por isso, acreditamos primeiramente que, para que se possa pensar na *contrainternalização*, é necessário o domínio do saber sistematizado, que possibilitaria a aquisição dos conhecimentos mais elevados no patrimônio acumulado pela humanidade. Ou seja, a transmissão de conteúdos, dependendo da maneira com que é realizada, é sim uma maneira de resistir ao capitalismo, e diante das atuais circunstâncias, este é o limite possível (e insuperável) à ser alcançado pela educação escolar, na busca por contribuir com a luta pela emancipação humana.

4 EDUCAÇÃO ESCOLAR E ATIVIDADES EDUCATIVAS EMANCIPADORAS

Acreditamos ter esclarecido as questões sobre o limite da educação escolar em contribuir com a luta contra o capital, que neste cenário tem como principal possibilidade a transmissão dos conteúdos, desde que articulados do ponto de vista da classe trabalhadora. Discordamos com Saviani

apenas no sentido de que a aquisição dos conteúdos seja condição suficiente para a emancipação humana, por isso, deixamos claro que os conteúdos são demasiadamente importantes para a formação da consciência crítica, que é capaz de articular a luta contra o capital. Ou seja, através da educação é possível resistir ao capitalismo, até que as condições materiais e espirituais da classe trabalhadora permitam uma transição para uma sociabilidade superior.

No contexto de crise estrutural, a burguesia busca controlar o acesso ao saber por parte da classe trabalhadora, que se reflete na tentativa do capital de preencher todas as lacunas dos complexos sociais, que são resultado de suas contradições. No ambiente educacional, nota-se a influência das ideias burguesas tanto nos conteúdos como nas metodologias que chegam à escola de ensino básico.

O conhecimento propagado pela escola tem sua importância, uma vez que para se ter acesso a um conhecimento superior, é essencial primeiramente ter acesso aos conhecimentos básicos. Ler, escrever, dominar as habilidades matemáticas etc. são essenciais para que a pessoa tenha condições de se apropriar de conhecimentos teóricos mais avançados. Portanto, embora os conteúdos escolares, da maneira que são organizados, tenham pouca utilidade para a luta de classe, eles são necessários para garantir a sociabilidade no capitalismo, que, quer queiramos ou não, é o modo de sociabilidade em que vivemos. Assim, é impossível desvincular a vida cotidiana das teias do capital.

Entretanto, dentro dos limites do capital, é viável a realização de atividades que visem tornar a escola um lugar de resistência à hegemonia do capital. Tornar a escola um lugar de resistência não significa tornar a escola, como um todo, militante ou comprometida com o enfrentamento do capitalismo. Pelo contrário, a escola é um lugar de antagonismos, principalmente onde se disputa espaço entre os ideais burgueses e os ideais proletários, onde, devido às circunstâncias, o ideal burguês é predominante. Por resistência entendemos a *práxis* educativa organizadas pelos professores que assumem para si o compromisso de contribuir com a luta da classe trabalhadora. Na sociabilidade capitalista, e em especial na educação escolar, esse comprometimento só é possível a partir da vontade, se possível de maneira coletiva, de cada professor, uma vez que as condições materiais e espirituais apontam para o caminho contrário.

Com base nos argumentos por nós elencados, a educação não se dá sem a transmissão de conhecimento, e no caso da educação formal, sem a transmissão dos conteúdos. Isso porque se a educação não se resume a ensino, toda forma de ensino é educação. Portanto, se a transmissão de conteúdo é uma condição ineliminável da educação, é necessário articular os conteúdos escolares do ponto de vista da classe trabalhadora, na busca por contribuir com a luta pela resistência ao capital. Discordando com Saviani, porém não eliminando suas contribuições, Tonet (2016, p. 146) afirma que:

Sem dúvida, é necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico - amealhado até o momento pela humanidade seria, para ela, impossível tanto iluminar o processo da sua libertação como construir uma outra e superior forma de sociabilidade. A burguesia pode opor a isso inúmeros obstáculos, mas não pode impedir totalmente, pois isso significaria a sua própria morte! Contudo, ainda que este acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente sistematizado seja necessário, não é condição suficiente para embasar a luta pela sua emancipação. Se o acesso ao conhecimento sistematizado fosse condição necessária e suficiente, a classe trabalhadora de alguns dos países mais desenvolvidos teria uma consciência e uma atuação revolucionárias. Ora, ela está muito longe disso!

Em Tonet, embora os conhecimentos sistematizados sejam importantes, é necessário ir além do conhecimento abordado no currículo escolar. Ou seja, para que a educação escolar possa dar uma real contribuição com a luta pela emancipação humana, os conteúdos precisam ser articulados com as necessidades da classe trabalhadora. O currículo escolar, no qual estão inseridos os conteúdos a serem trabalhados de acordo com o grau cognitivo dos alunos, é arquitetado pela classe dominante. E embora ocorram embates entre as classes sociais também na elaboração do currículo, prevalece a necessidade da burguesia. Portanto, o saber sistematizado do ponto de vista da burguesia, tem pouca utilidade para a luta de classes. Entretanto, diante das condições impostas pelo capital, é na transmissão de conhecimento que reside a capacidade da educação de enfrentar a hegemonia do capital, desde que esse conhecimento seja articulado do ponto de vista da classe trabalhadora.

Ora, se a transmissão de conhecimento é a função primordial da escola, e esta é a principal atribuição, embora, obviamente, não a única, delegada ao professor, é na transmissão de conhecimento que existe a possibilidade da articulação da educação escolar com a luta da classe trabalhadora. Sem a transmissão de conteúdos, a escola deixa de ser escola para se converter em apenas um ambiente qualquer de sociabilidade. Se não há transmissão de conhecimento, não há escola. Portanto, o que precisamos ter em mente é a maneira com a qual esse conhecimento chegará aos educandos, tanto do ponto de vista da sistematização quanto do ponto de vista ideológico. A escola não é um lugar de neutralidade, é um espaço de antagonismo. Toda forma de ensino, todo conteúdo trabalhado em sala de aula traz em si um viés ideológico, seja ele explícito ou não. A questão principal, a nosso ver, é debater a possibilidade de nos apropriarmos desse espaço de luta para promover a ideologia da classe trabalhadora.

Portanto, na busca por colaborar com esta árdua tarefa, acreditamos que as atividades educativas emancipadoras possam, ou melhor, devam se articular com os conteúdos escolares, na busca por contribuir com a luta da classe trabalhadora. Se na educação superior, conforme afirma Lazarini (2015) a possibilidade de manobra é muito maior, devido a autonomia relativa concedida ao ensino universitário e a maior capacidade cognitiva (e muitas vezes financeira) dos educandos que chegam a este nível de ensino, no ensino básico, as restrições são bem mais severas. Mediante as

dificuldades por nós elencadas e a outras que inextricavelmente se associam ao cotidiano escolar, a forma que acreditamos ser mais viável de contribuir com a luta da classe trabalhadora, por meio da educação básica, reside, principalmente, mas não unicamente, na articulação do ensino dos conteúdos com as lutas sociais, a partir do desenvolvimento de atividades que possam despertar a consciência de classe nos filhos da classe trabalhadora. Essa é a função das atividades educativas emancipadoras.

Com isso, buscamos evitar incorrer na mediocridade, a ponto de debater, ou propor, reflexões desconectadas com o movimento do real. Diante das dificuldades vividas, enaltecer possibilidades irrealizáveis no contexto histórico só serve de munição para os apologistas do capitalismo, que buscam desqualificar as pesquisas no campo teórico do marxismo. Assim, é necessário ao educador ter consciência dos limites da educação, a fim de superar o idealismo e o empirismo que se impõe na educação básica. A educação não é a arma mais poderosa para mudar o mundo, não é a ponte de amor que conecta ao sonho da liberdade. A educação é um complexo social, e como todo complexo social tem uma origem ontológica e é dotado de contradições, que podem contribuir ou não com o desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, acreditamos que o limite insuperável da educação escolar neste momento histórico, na busca por contribuir com a luta da classe trabalhadora, é tornar a escola um espaço de resistência, onde os ideais da classe trabalhadora possam despontar frente a hegemonia do capital. Assim, a articulação dos conteúdos escolares com atividades educativas emancipadoras é capaz de atender, mesmo que parcialmente, esses objetivos. Entretanto, para adentrarmos no debate referente à articulação dos conteúdos escolares com atividades educativas de caráter emancipador, se faz necessário primeiramente a definição de atividades educativas emancipadoras. Para Tonet (2016, p. 150), são todas aquelas atividades “que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe, hoje”. Assim, envolve atividades relativas ao complexo da educação, que ocorrem tanto internamente como externamente ao ambiente escolar. Todavia, conforme já afirmamos, o foco do nosso debate são as atividades possíveis de serem realizadas no cotidiano escolar, uma vez que é neste ambiente que o professor consegue ter maior domínio de sua função.

Não obstante, para que as atividades realizadas no ambiente escolar adquiram um caráter emancipador, é preciso não perder de vista a finalidade do ato educativo, que é contribuir com a luta da classe trabalhadora. “Se é verdade que o fim qualifica (não justifica) os meios e se é verdade que a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade, então não há dúvida de que só se pode saber quais meios são adequados quando se tem clareza acerca do fim a alcançar” (TONET, 2005, p.145). Tonet (2016) aponta alguns requisitos básicos, que são capazes de guiar a prática cotidiana de um educador comprometido com a luta de classes. Esses requisitos são:

1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores. (TONET, 2016, p.141)

Portanto, as atividades educativas que visem a emancipação humana, ou seja, a superação da ordem do capital, devem ser organizadas de forma os educandos “compreendam o processo histórico, desde as suas origens e fundamentos até os dias atuais, de modo a que entendam que a realidade social é radicalmente histórica e social, isto é, que ela resulta apenas da atividade humana e não de potências divinas ou naturais” (TONET, 2016, p. 151). Assim sendo, é necessário ao educador ter clareza que a realidade social é moldada a partir da interação do ser social ao longo da história humana, portanto, compete ao ser humano produzir a sua história, não sendo esta obra do acaso.

Desta forma, o objetivo a ser atingido pela educação, do ponto de vista da teoria marxista, é contribuir com a luta pela superação do capitalismo e não contribuir com a luta por uma sociabilidade mais “humana” dentro do próprio capitalismo. As desigualdades sociais, e conseqüentemente educacionais, só serão extintas com a extinção do capitalismo. A luta da classe trabalhadora no capitalismo será uma luta eterna, com vitórias raras e pontuais, seguidas por uma série de derrotas. A classe trabalhadora só encontrará a liberdade ao se libertar das amarras do capital.

O fracasso da experiência socialista no leste europeu, em contraste com o avanço do Estado de bem estar social nos países da europa ocidental, levou à crença de que é possível uma convivência pacífica da classe trabalhadora no seio do capitalismo, substituindo a busca pelo socialismo pela luta pela social democracia e pelo Estado de bem estar social. É claro que as melhores condições de vida para a classe trabalhadora devem ser buscadas de maneira imediata, inclusive através do Estado de bem estar social, mas esta não deve ser a finalidade da luta de classes. Isso porque o capitalismo é irreformável, e o único limite insuperável do capital conhecido é seu próprio fim. O capitalismo só pode existir enquanto houver exploração da classe trabalhadora, portanto, equidade social e capitalismo são nós que não se entrelaçam.

Valendo-se deste contexto, o capitalismo busca promover no ambiente escolar o termo democracia, em oposição a qualquer forma de sociabilidade pautada na coletividade. Não cabe aqui polemizar sobre os prós e contras do regime democrático, porém, na sociabilidade capitalista, é fato que a democracia visa atender os interesses da classe dominante. Ora, a democracia nada mais é que a justificativa aceita pela classe trabalhadora para fundamentar sua própria dominação. O poder político concentra-se nas mãos da classe detentora do poder material, sobrando para a classe trabalhadora apenas o voto. Ou seja, a democracia permite à classe trabalhadora escolher quem será o seu algoz. A exploração torna-se consensual.

Na educação propagada pela burguesia, o regime democrático coloca-se como o ideal a ser alcançado pela educação, como a finalidade máxima. Educar o aluno para exercer a cidadania aparece como objetivo principal. Não se trata de defender a abolição destas categorias, é possível que a luta pela democracia e pela cidadania se articulem com a luta pela resistência ao capital. Porém, esta não pode ser a finalidade da educação, muito menos da luta de classes. Não buscaremos debater os princípios da articulação destas categorias com as lutas sociais, porém, é necessário deixar claro que estes termos quando aplicados como finalidade da educação, visam limitar, senão extinguir, qualquer possibilidade de luta da classe trabalhadora. Portanto, um educador que vise contribuir com a luta da classe trabalhadora necessita ter em mente que a sociabilidade capitalista jamais permitirá qualquer justiça ou igualdade social, pois a estrutura deste sistema reside justamente na necessidade da desigualdade social.

O fim da desigualdade social resultaria no fim do próprio capitalismo. “Neste sentido, o Estado é incapaz de realizar qualquer igualdade substantiva sem que ele próprio seja eliminado. A igualdade que o Estado realiza é uma realização meramente formal, jurídica e, portanto, nem sequer se aproxima de uma autêntica igualdade” (MACENO, 2017, p. 153). Portanto, o educador que se comprometa com uma educação crítica, precisa ter em mente a necessidade de superação da ordem social vigente. Ao ter em mente os objetivos a serem alcançados, é possível traçar metodologias que corroborem com essa finalidade. Portanto, em segundo lugar, as atividades educativas emancipadoras

[...] permitem a compreensão da origem e da natureza da sociabilidade capitalista, da lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da alienação que a caracteriza, da natureza e das consequências da atual crise do capital e da possibilidade e da necessidade da total superação desta forma de sociabilidade. (TONET, 2016, p. 151)

Assim sendo, essas atividades educativas devem se comprometer com a internalização de um pensamento superior ao modo de produção capitalista, de preferência, comprometendo-se com a internalização do pensamento comunista, ao modo do pensamento marxista. Esta tarefa talvez seja a mais complexa, uma vez que o termo comunismo foi bastante distorcido no Ocidente. Assim, o educador que se comprometer com essas atividades deve ter clareza dos ideais que norteiam o comunismo, que não se resume às ditaduras chinesa ou norte coreana, pelo contrário, o comunismo defende uma sociedade onde o Estado seja abolido, pois este é a materialização da sociedade de classes. Portanto, é necessário ao educador que se comprometa com o pensamento marxista ter a clareza da possibilidade real da superação do capitalismo, e principalmente, da sua imperiosa necessidade, visto que este modo de produção, com suas especificidades, se direciona para o fim da humanidade, e com o pé no acelerador

Tonet (2005) afirma que também é essencial para a realização das atividades educativas emancipadoras, ter clareza da natureza e especificidade da educação. É necessário que o professor tenha em mente a limitação ontológica da educação, bem como sua função social e possibilidades de luta. Esse conhecimento “evitará tanto a supervalorização da educação, que se expressa, muitas vezes, na afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária” (TONET, 2016, p. 153). Assim sendo, é preciso ter clareza que a educação tem potencialidades na luta pela emancipação humana, porém tem limites insuperáveis. Compreender os limites da educação é essencial para que o professor não caia no idealismo de acreditar que a educação é a redentora da humanidade.

Considerando que a educação tem a função ontológica de repassar os conhecimentos acumulados pela humanidade para as futuras gerações, e que a educação escolar no capitalismo é indissociável do ensino de conteúdos, é essencial, para o desenvolvimento de atividades educativas que visem o enfrentamento do capitalismo que o professor tenha o domínio dos conteúdos a serem ensinados. É necessário “ênfatizar que de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a elas se tiver um saber medíocre” (TONET, 2005, p 150). Ora, se o sentido ontológico da educação é transmitir conhecimento, é necessário que a classe trabalhadora se aproprie de um conhecimento revolucionário, que convirja com seus ideais e necessidades.

Neste contexto, o conhecimento revolucionário pode adquirir grande relevância se fundamentado na ontologia marxista, pois esta metodologia permite investigar a fundo, a gênese dos fenômenos e dos problemas estudados, em especial no que se refere às ciências humanas. Não significa necessariamente politizar o conteúdo, mas sim buscar a verdade sobre os fatos. Verdades que geralmente tendem a ser escondidas no ideal de educação burguesa. Assim sendo, é da “máxima importância a intervenção das categorias da essência e da aparência, pois elas, quando corretamente entendidas, permitem superar tanto o idealismo quanto o empirismo que marcam o conhecimento tradicional” (TONET, 2016, p. 148). E esta compreensão só é possível a partir de um estudo teórico aprofundado, no qual o marxismo ontológico pode trazer grandes contribuições. O contato com a ontologia do ser social, permite que o professor investigue os conteúdos trabalhados em sala de aula desde sua origem ontológica, o que possibilita um conhecimento mais aprofundado do movimento do real.

Assim sendo, as atividades educativas emancipadoras, quando possível, devem atuar na articulação entre os conteúdos ensinados e a luta da classe trabalhadora. Pouco adianta uma fundamentação teórica que não reflita o movimento do real. Portanto, é essencial que a teoria se constitua em *práxis*, sendo este o ideal de uma educação que vise a emancipação humana. “Sem

idéias revolucionárias, não há ações revolucionárias; contudo, sem ações revolucionárias, as idéias revolucionárias não têm qualquer força” (LESSA; TONET, 2004, p. 23). Ou seja, a luta deve sair do campo das ideias e refletir-se na prática cotidiana do educador que deseja contribuir com a luta de classes.

Diante do cenário educacional, uma atividade emancipadora essencial e totalmente viável, mas não a única, é o engajamento dos educadores e educandos na luta em defesa da escola pública, articulando os conteúdos ensinados em sala de aula com a militância de rua. É de extrema necessidade que, ao se iniciar uma greve, por exemplo, toda a comunidade escolar tenha conhecimento dos motivos da luta e dos objetivos que se busca alcançar. A luta social é o elemento fundamental para a formação de uma consciência revolucionária. “É na luta social que esta consciência, dependendo também, de determinadas condições, se forja de maneira muito mais rápida e clara” (TONET, 2016, p. 146) Ao se engajar na luta social, o indivíduo consegue ver, para além das aparências, a forma de atuação do Estado, que atua em defesa da burguesia. Portanto, devido às diversas limitações que ocorrem no ensino básico, essa é uma importante contribuição para a aquisição de um conhecimento revolucionário e para a formação da consciência de classe.

Claro que a luta em outras áreas de atuação direta do Estado é de relevante importância, entretanto, defender a educação pública neste momento é essencial, uma vez que o avanço das propostas neoliberais e do neoconservadorismo no Brasil ameaçam o sistema público de ensino brasileiro. Nos últimos anos, o avanço do pensamento neoliberal ameaça as conquistas da classe trabalhadora em todo o mundo, que foram resultado de lutas seculares. No caso brasileiro, por exemplo, tivemos a flexibilização das leis trabalhistas, que visam baratear ainda mais os custos de mão de obra, reforma da previdência que dificulta o acesso da classe trabalhadora a aposentadoria, garantindo que o Estado terá mais dinheiro em caixa para pagar a dívida externa, atendendo as demandas do “deus mercado”. E diante desta conjuntura, a educação, complexo social ligado ao trabalho, não ficaria de fora das reformas, de modo a atender as demandas da burguesia. Neste cenário, vários projetos de lei de cunho conservador visam superar, em favor do capital, as contradições que existem na educação, através de reformas pontuais, com propostas que vão desde a flexibilização de currículos, como é o caso da reforma do ensino médio, até o fim da escola pública, como propõe o projeto de educação domiciliar.

[...] na crise que o capital atravessa atualmente, ele, mais do que em outros momentos, subsume todas as dimensões sociais aos interesses do enfrentamento dos seus problemas. Por isso mesmo, os espaços de manobra para arrancar dele ganhos parciais se estreitam cada vez mais. Para o capital, dada a sua lógica, sua reprodução é a questão mais importante, mesmo que isso signifique a destruição da humanidade (TONET, 2016, p.120)

Ora, é na escola pública onde reside o maior embate entre burguesia e proletariado, uma vez que, ao ser centrada no Estado, as contradições que permeiam o sistema capitalista se refletem também na escola. É na escola pública que o professor possui uma relativa liberdade de cátedra, que os permitem explorar temas que vão além dos conteúdos dos livros didáticos. O controle ideológico da burguesia é muito maior na escola privada, onde a mais valia é extraída também dos professores, que vendem sua força de trabalho diretamente ao burguês. E ao vender sua força de trabalho, ela está condicionada às exigências de quem a compra, portanto, um conteúdo revolucionário jamais seria acessível para a classe trabalhadora em uma escola privada, uma vez que isso não é de interesse da burguesia. Na esteira do conservadorismo, veio a se somar como medida de ataque à escola pública a proposta de “escola sem partido”, no qual o objetivo era censurar os conteúdos trabalhados em sala de aula. O movimento propunha uma escola em que o professor perderia sua liberdade de cátedra, ensinando os conteúdos apenas de maneira descritiva, em um viés totalmente positivista, conforme a citação abaixo, extraída da minuta do projeto de escola sem partido:

Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes que formam, em sala de aula, uma audiência cativa. (BRASIL, 2019, p.04)

Entretanto, o fato de manter-se neutro já é uma abordagem ideológica, que interessa à burguesia. Se a educação tem a possibilidade de mostrar a verdade, e a verdade mostra que o capitalismo está levando o planeta a uma catástrofe, humanitária e natural, é de interesse da burguesia, que usa o conservadorismo como massa de manobra, abafar a verdade por meio de conteúdos acrílicos. Se não é possível a burguesia acabar de vez com o ensino público, sob pena de inviabilizar sua própria reprodução, são feitas adequações pontuais, a fim de neutralizar as ameaças mais latentes ao modo de sociabilidade burguês.

Portanto, a contribuição da educação para a luta contra a hegemonia do capital, do modo que propomos, através do acesso aos conteúdos articulados do ponto de vista da classe trabalhadora, só é possível através das contradições que existem na escola pública. Isto significa que a luta tanto em defesa da escola pública como em defesa de um maior financiamento para a educação é extremamente necessária, para que se possa criar condições de acesso ao saber sistematizado para a classe trabalhadora, sob o risco de perdermos completamente este espaço de resistência.

Diante das limitações impostas pelo capitalismo para a educação escolar, a aquisição de um conhecimento revolucionário por parte de educadores e educandos se torna deveras difícil, mas não impossível. Mesmo de maneira limitada, é possibilitado ao professor organizar suas atividades com uma autonomia relativa, que permite a realização de atividades educativas de caráter emancipador.

É o professor que seleciona materiais didáticos, escolhe as metodologias, prepara os conteúdos e atividades a serem realizadas em sala de aula etc. Mesmo diante das limitações, que são muitas, ao explorar a liberdade de cátedra, é possibilitado ao professor ir além da superficialidade dos conteúdos, buscando sua base nos fundamentos ontológicos, que permitem superar a superficialidade do que é ensinado. Entretanto, essa frente de luta só é viável na escola pública, uma vez que a burguesia não detém o controle totalizante das atividades educativas. É na educação pública que reside a possibilidade de articulação dos conteúdos com a luta da classe trabalhadora, tendo em vista resistir ao domínio do capital.

Neste contexto, as diversas atividades desenvolvidas no ambiente escolar adquirem um caráter emancipador, desde que direcionadas para atingir o objetivo da educação, ou seja, contribuir com a luta da classe trabalhadora. Assim sendo, uma aula expositiva onde o conteúdo trabalhado tenha uma abordagem ontológica marxiana é uma atividade educativa emancipadora. Um cine debate, onde o tema escolhido retrata as desigualdades sociais, gerando um debate sobre a origem dessas desigualdades é uma atividade educativa emancipadora, uma aula de campo que mostre as contradições existentes no espaço urbano, através da análise ontológica dos problemas é uma atividade educativa emancipadora, ensinar a ler e interpretar um texto científico é uma atividade de caráter emancipador. A participação na luta pela garantia de direitos essenciais, nos campos em que o Estado atua diretamente, como saúde e educação, são atividades educativas emancipadoras.

Ou seja, as atividades educativas emancipadoras são atividades muito precisamente delimitadas, cujo objetivo principal é contribuir, diretamente ou indiretamente, com a luta pela resistência e superação do capitalismo, portanto, podem ser realizadas no cotidiano escolar, e não necessariamente como uma atividade paralela. Entretanto, conforme já afirmamos, a educação ocorre entre sujeito e sujeito, ou seja, diferente do trabalho, onde dadas as condições necessárias geralmente teremos o resultado esperado, na relação entre os sujeitos nem sempre este resultado é desejável. Ter consciência dessas limitações é essencial, para que toda a atividade educativa organizada de modo a contribuir com a luta da classe trabalhadora não se resuma a uma grande frustração.

O estudo aqui apresentado traz como proposição central a ideia de que a educação não tem a capacidade de transformar a sociedade nem de reduzir as desigualdades sociais, conforme afirma a ideologia burguesa. Pelo contrário, devido a sua função ontológica, cabe à educação, o papel de reproduzir uma determinada forma de sociabilidade, portanto, no capitalismo, a educação tende a reproduzir a sociabilidade burguesa. Entretanto, ao atuar no campo das ideias, uma educação comprometida com a verdade, é capaz de possibilitar ao indivíduo reflexões o que lhe permitam compreender a realidade social, através dos conteúdos ensinados, desde que estes conteúdos sejam articulados do ponto de vista da classe trabalhadora. Ao se apropriar de conteúdos que permitam a compreensão ontológica da realidade social, o indivíduo pode ser capaz de compreender a necessidade imperiosa de superação da sociabilidade do capital, sob o risco do perecimento da própria humanidade. Portanto, embora de maneira limitada, a educação tem a possibilidade de contribuir com a luta da classe trabalhadora, e esta sim tem o poder de transformar radicalmente a sociedade.

Ao analisar o Estado capitalista é possível perceber que sua organização é dotada de contradições, e que é possível usar essas contradições em favor da classe trabalhadora. Para que a burguesia superasse o poder real e se tornasse a classe dominante, foi necessário o apoio das baixas classes sociais. E para conseguir esse apoio, a burguesia colocou-se como a representante de todas as classes sociais, estendendo o direito a todos as classes, mesmo que de maneira subjetiva. Ao universalizar o direito, o capitalismo permitiu uma melhor organização da classe trabalhadora, que tem a possibilidade real de lutar por seus direitos. Entretanto, as relações capitalistas de produção sempre buscam favorecer a burguesia, uma vez que esta é a detentora do poder material. E para atender sua necessidade de reprodução, a burguesia permitiu o acesso da educação formal para a classe trabalhadora, sempre associando-o aos processos produtivos, ou seja, a função da educação, do ponto de vista da burguesia, é formar mão de obra adequada para se extrair mais valia.

A expansão da educação, conforme analisamos, é uma via de mão dupla, uma vez no complexo da educação, coexistem, ao mesmo tempo, o caráter alienante e de superação da alienação (TONET, 2015). Alienante porque através da educação, a classe dominante consegue propagar seu modo de sociabilidade, ao ocultar os conhecimentos e conteúdos que não lhes são favoráveis. Por outro lado, a educação, ao comprometer-se com a verdade, é capaz de superar a alienação promovida pela classe dominante. Ao apropriar-se da riqueza espiritual, o ser social amplia seus horizontes de possibilidades, o que lhe permite, através do conhecimento da realidade, fazer escolhas conscientes. E o conhecimento histórico da realidade social evidencia a necessidade de uma transformação radical na atual forma de sociabilidade.

Por isso, a burguesia visa ocupar todos os espaços de contradição, subsumindo a educação aos seus interesses. E na atual fase do capitalismo, a classe dominante defende uma educação por

competências e habilidades, que forme o trabalhador adequado para as exigências do novo mercado de trabalho. Assim, o acesso ao saber sistematizado, acumulado pela humanidade é negado ainda mais a classe trabalhadora, pois essa é a necessidade da burguesia.

Diante disso defendemos que a educação tem a possibilidade de dar uma contribuição com a luta da classe trabalhadora através dos conteúdos sistematizados, articulados do ponto de vista da classe trabalhadora. Acreditamos que, diante das dificuldades enfrentadas pela educação acessível à classe trabalhadora, a maneira mais viável de contribuir com a luta contra hegemonia do capital é articular os conteúdos escolares com as atividades educativas emancipadoras, com o objetivo de formar a consciência crítica e revolucionária nos educandos. Porém, para que isso seja possível faz-se necessário o enfrentamento ideológico contido nos conteúdos, a fim de permitir o acesso ao saber mais elevado acumulado pela humanidade. E para que isso ocorra, acreditamos ser necessária, de imediato, a defesa da educação pública, pois é neste espaço que ocorrem as contradições que podem ser exploradas pelos educadores.

ALMEIDA, Emanuel Rodrigues. O papel da produção social na gênese, no desenvolvimento e no dever do gênero humano. Tese (doutorado) pós graduação em educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2019. Disponível em<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> acesso em 10, abr. 2023

Ministério da Educação. Relatório do Brasil no PISA 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf> acesso em 10, abr. 2023.

CALDAS, Camilo Onoda. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Idéias & Letras, 2018.

DELORS, Jacques; *et al.* Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo, Cortez, 1998.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. tradução Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

FREERES, Helena; GOMES, Valdemarim Coelho; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Teoria do capital humano e o reformismo pedagógico pós 1990:fundamentos da educação para o mercado globalizado in: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). O movimento de educação para todos e a crítica marxista. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

HARVEY, David Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, edições loyola, 2014

LAZARINI, Ademir Quintilio. Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos. São Paulo, Instituto Lukács, 2015.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. Conceitos do liberalismo e educação. Indivíduo, propriedade e liberdade na educação brasileira. *Movimento-Revista De educação*, n. 3, 2016. disponível em<<https://doi.org/10.22409/mov.v0i3.266>> acesso em 10, set. 2023.

LESSA, Sérgio. A Impossibilidade da Universalização da Educação. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

Lukács: Ética e Política: Observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. Maceió : Coletivo Veredas, 2016.

Para compreender a Ontologia de Lukács. 4º ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2015.

Mundo dos homens : trabalho e ser social 3 ed. rev. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

Ética, política e serviço social. Revista Katálysis, v. 8, n. 2, p. 256-266, 2005.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução a filosofia de Marx s/e 2004. Disponível em <https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf> acesso em 10, mar, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação E Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>> acesso em 10, mar, 2023.

LIMA, Marteano Ferreira de; GIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. *Educação em revista*, v. 27, p. 73-94, 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/edur/a/XMB4cn5PgLxTt8T5VHvTRdc/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 10, abr. 2023.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo, Boitempo, 2013

Para uma ontologia do ser social I. São paulo: Boitempo, 2012

Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

MAIA FILHO, Osterne. et al. O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: uma análise da reforma educacional da década de 1990 in: RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). O movimento de educação para todos e a crítica marxista. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

MARX, Karl, O Capital-Livro 1: Crítica da economia política: O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

Marx, Karl. Engels, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino / Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital : rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

A educação para além do capital. *Revista Theomail*. N 15, p. 107-130, setembro, 2007

RABELO, Jackeline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (orgs). O movimento de educação para todos e a crítica marxista. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

SANTOS, Deribaldo. Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado São Paulo : Instituto Lukács, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações 11.ed.rev Campinas, SP: Autores Associados, 2011

Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007 .

Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 32. ed.-Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

TONET, Ivo. Educação e Idealismo. *Revista GESTO-Debate*, v. 2, n. 01-17, 19 set. 2022.

Educação contra o capital. 3º edição ampliada, Instituto Lukács, 2016.

Marxismo e democracia. in: BORGES: Lilian Faria Porto; MAZZUCO, Neiva Galina. Democracia e políticas sociais na América Latina. São Paulo Xamã VM, 2009.

Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ijuí: Unijuí, 2005.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENEVENTS.COM.BR

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.